



Banco BS2 S.A.

Demonstrações financeiras
consolidadas em IFRS em
31 de dezembro de 2025

ÍNDICE

Relatório da Administração	3
Balanco patrimonial consolidado	12
Demonstração consolidada do resultado	14
Demonstração consolidada do resultado abrangente	15
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	17
Demonstração consolidada do valor adicionado (DVA)	18
Notas explicativas	19
1 Contexto operacional.....	19
2 Políticas contábeis materiais	19
3 Caixa e equivalentes de caixa	32
4 Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	32
5 Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	32
6 Títulos e valores mobiliários	33
7 Derivativos	34
8 Transações de pagamento	35
9 Carteira de crédito e provisão para perdas esperadas (<i>impairment</i>).....	35
10 Outros ativos.....	41
11 Ativos não correntes mantidos para venda	41
12 Ativos tangíveis.....	42
13 Ativos intangíveis	42
14 Depósitos, captação no mercado aberto e recursos de mercados interbancários	43
15 Letras financeiras subordinadas	43
16 Outros passivos.....	44
17 Provisões	44
18 Patrimônio líquido.....	45
19 Receitas de juros e rendimentos similares e despesas de juros e encargos similares	49
20 Resultado de ativos e passivos financeiros	49
21 Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	49
22 Despesas gerais e administrativas.....	50
23 Demais receitas e despesas operacionais	50
24 Tributos.....	50
25 Lucro por ação	52
26 Informações por segmentos	52
27 Transações com partes relacionadas.....	54
28 Valor justo dos ativos e passivos financeiros	55
29 Índices operacionais.....	58
30 Gestão de riscos	58
31 Outras divulgações.....	66
Composição dos órgãos da administração	68

Prezados (as) Acionistas e Clientes,

Apresentamos as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do Banco BS2 S.A. (“Banco” ou “BS2”), relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

Destaques financeiros de 2025

- Operações de Câmbio: R\$ 68,1 bilhões (+31% vs. 2024)
- Carteira de Crédito: R\$ 4,9 bilhões (+2% vs. dez/24)
- Captação de Recursos: R\$ 6,1 bilhões (+4% vs. dez/24)
- Patrimônio Líquido Consolidado: R\$ 1,0 bilhão (+3% vs. dez/24)
- Índice de Basileia: 14,12%

Impacto da integração da BS2 Payments

No final de 2024, concluímos a consolidação societária e patrimonial da BS2 Payments (antiga Adiq), integrando o braço de adquirência e pagamentos ao conglomerado BS2, e unificando a gestão executiva e respectivo Conselho de Administração, que até então tinham uma gestão independente. Essa integração impactou em R\$ 22,5 milhões negativos o resultado líquido de 2025 atribuível aos acionistas controladores. Desconsiderando os efeitos da BS2 Payments, o resultado líquido teria alcançado R\$ 94,5 milhões.

Em outubro de 2025, a BS2 Payments promoveu aumento de seu capital social no montante de R\$ 150,0 milhões. A operação teve como objetivo fortalecer a estrutura de capital da Instituição e apoiar sua estratégia de crescimento.

Com as sinergias operacionais implementadas ao longo de 2025, estimamos gerar de R\$ 30 a 40 milhões de impacto positivo no lucro líquido do conglomerado em 2026.

Evolução do resultado (R\$ milhões)



• Resultado bancário cresceu para R\$ 95 milhões, reforçando a robustez do core business e a execução da estratégia focada em PJ.

• BS2 Payments (Adiq) registrou impacto pontual de -R\$ 22 milhões, mas a consolidação e a revisão organizacional já capturaram sinergias e estabelecem a base para retomada do crescimento do lucro consolidado a partir de 2026.

Construindo um ecossistema completo para empresas

Desde 2021, somos um banco focado em atender empresas, construindo uma atuação sólida tanto no segmento de PME quanto no segmento Corporate, que segue representando parcela relevante da nossa carteira. Essa combinação nos permite unir experiência acumulada ao longo dos anos com uma visão clara de futuro, atendendo empresas de diferentes portes com proximidade, orientação e soluções aderentes às suas necessidades financeiras.

Nosso objetivo é ir além do conceito tradicional de banco: buscamos ser uma plataforma financeira integrada que apoia o crescimento sustentável de nossos clientes, oferecendo uma ampla gama de produtos — crédito, câmbio, conta corrente, seguros e adquirência — essenciais em todas as etapas da jornada financeira de uma empresa.

Compromisso com o futuro

Entramos nos próximos anos com foco na ampliação do relacionamento com o público PJ, no avanço tecnológico e na evolução contínua de processos e produtos. Seguiremos atuando com solidez, transparência e visão de longo prazo, sempre dedicados a apoiar o desenvolvimento de nossos clientes e a construir valor para todos os nossos stakeholders.

Em março de 2026, o grupo de acionistas controladores aprovou um aumento capital de R\$ 101,4 milhões no Banco, buscando preparar sua estrutura de balanço para crescimento e sinalizando confiança redobrada nos resultados vindouros, projetando patamares de Basileia e patrimônio líquido acima de 14,0% e de R\$ 1,0 bilhão, respectivamente. O referido aumento de capital será refletido nas demonstrações financeiras tão logo seja homologado pelo Banco Central do Brasil, mediante trâmite junto àquela instituição.

Cumprimento das disposições sobre política de equidade previstas na lei nº 15.177/2025

O Banco BS2 mantém o compromisso com diversidade, inclusão e práticas que promovam igualdade de oportunidades. Para garantir equilíbrio remuneratório e alinhamento às normas de equidade de gênero e raça, o Banco realiza análises periódicas e implementa ajustes e iniciativas contínuas em conformidade com a legislação vigente.

Em atendimento à lei nº 15.177/25, o Banco BS2 divulgará anualmente o número e o percentual de mulheres em seu quadro funcional, bem como o demonstrativo de remuneração segmentado por sexo e nível hierárquico. Como os dados referentes ao exercício de 2025 ainda estão em apuração, o relatório correspondente será oportunamente incluído no Manual da Assembleia Geral Ordinária, conforme determina o artigo 133 da lei das S.A.

Agradecemos aos colaboradores, acionistas, parceiros e clientes pela confiança e parceria.

Belo Horizonte, 27 de março de 2026.

A Administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco BS2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

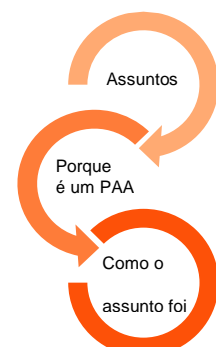
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BS2 S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") (atualmente denominada pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Perda de crédito esperada (<i>impairment</i>) sobre operações de crédito, em conformidade com o IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i> (Notas 2.3(e), 2.4(d) e 9)</p> <p>A mensuração da perda de crédito esperada de empréstimos e recebíveis (<i>impairment</i>) considera as determinações do IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i> que estabelece requerimentos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, dentre os quais um modelo de provisão de perda para risco de crédito (<i>impairment</i>) que tem como base a perda esperada.</p> <p>A estimativa da perda de crédito esperada das operações de crédito, considerando os requerimentos do IFRS 9, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da perda considera, dentre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e individual ou coletivo para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma, esse assunto foi considerado como área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Realizamos a atualização do nosso entendimento do processo desenvolvido pelo Banco para análise, avaliação e aplicação do IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma.</p> <p>Em relação à metodologia de <i>impairment</i>, aplicamos determinados procedimentos de auditoria relacionados a: (i) análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requisitos do IFRS 9; (ii) entendimento e testes relacionados à mensuração da provisão para perda esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela Administração; e (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação.</p> <p>Adicionalmente, realizamos testes sobre a alocação das operações de crédito nos seus respectivos estágios conforme requisitos do IFRS 9 e análise das divulgações realizadas pela Administração em atendimento aos requisitos do IFRS 9.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração proporcionam uma base razoável para a apuração e registro contábil das perdas de crédito com base no IFRS 9, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.</p>
<p>Reconhecimento e valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Notas 2.3(f) e 24(a))</p> <p>Os ativos fiscais diferidos compostos pelos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias na base de cálculo desses tributos</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria, consideraram entre outros, a atualização de entendimento dos procedimentos relevantes realizados pela Administração para apuração dos</p>

Porque é um PAA

sobre o lucro, bem como de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, são reconhecidos contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para realização dos mesmos.

A expectativa de realização desses créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração, incluindo utilização de premissas.

Considerando a subjetividade inerente a esse processo e a relevância dos valores envolvidos, esse assunto foi considerado como área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

ativos fiscais diferidos e seu registro nos termos das normas contábeis, que incluem a necessidade de análise das perspectivas de realização desses créditos mediante projeção de lucros tributários futuros.

Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributável aprovado pelos órgãos de governança da administração e analisamos as principais premissas utilizadas com as informações de estudos de períodos anteriores, bem como com informações de mercado, quando aplicável.

Obtivemos entendimento quanto às premissas críticas incluídas nas projeções de resultados e efetuamos testes quanto ao cálculo matemático dos valores projetados. Adicionalmente, confrontamos os resultados históricos projetados com os resultados realizados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil dos créditos tributários referidos acima são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios com pouca liquidez e mercado ativo (Nota 9)

A mensuração do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi mantida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que dependem da avaliação que considera a utilização de premissas e julgamento da administração. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas (precatórios) emitidos pela União, estados e municípios.

O uso de distintas técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolve julgamentos da administração que podem sofrer

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, registro e divulgação desses títulos.

Adicionalmente, realizamos testes quanto à valorização de determinadas operações, que considerou: atualização do entendimento com a administração das principais premissas e metodologias adotadas; a análise de consistência entre projeções efetuadas em anos anteriores com os realizados; e a análise da razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas para mensuração.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas na mensuração do valor de realização

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>alterações por conta da capacidade de pagamento da União, estados e municípios.</p> <p>Considerando a relevância da mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios, bem como o exposto anteriormente, esse assunto permanece uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>dos títulos vinculados a direitos creditórios são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras consolidadas.</p>
<hr/>	
Ambiente de Tecnologia de Informação	
<p>O processamento das transações do Banco e suas controladas, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos nosso entendimento e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados à acesso lógico, de segregação de funções, os processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados e segurança física do centro de processamento de dados.</p>
<p>Os riscos inerentes à Tecnologia de Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Dessa forma, a auditoria de Tecnologia de Informação foi considerada como área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Testamos os controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco.</p> <p>Como resultado desses procedimentos de auditoria e considerando que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas.</p>

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 -



Banco BS2 S.A.

"Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.



Banco BS2 S.A.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Banco BS2 S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 27 de março de 2026

A handwritten signature in black ink that reads 'PricewaterhouseCoopers' in a cursive script.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC 1MG105346/O-2

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	704.101	1.058.794
Ativos financeiros		7.190.429	10.144.003
Ao custo amortizado		5.320.390	8.194.010
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	4	371.544	454.073
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	2.234	75.680
Títulos e valores mobiliários	6	9.150	12.843
Transações de pagamento	8(a)	1.762.692	2.102.324
Carteira de crédito	9	3.100.092	2.649.408
(-) Provisão para perdas esperadas (<i>impairment</i>)	9(c)	(138.726)	(75.986)
Outros ativos financeiros	10	213.404	2.975.668
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		265.295	886.293
Títulos e valores mobiliários	6	265.295	886.293
Ao valor justo por meio do resultado		1.604.744	1.063.700
Títulos e valores mobiliários	6	1.566.463	987.569
Derivativos	7	38.281	76.131
Ativos fiscais		376.287	322.151
Imposto de renda e contribuição social - correntes		110.714	89.957
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24(a)	224.884	186.187
Outros		40.689	46.007
Outros ativos não financeiros	10	81.885	101.974
Ativos não correntes mantidos para venda	11	37.908	20.097
Investimentos em participações de coligadas		961	177
Ativos tangíveis	12	65.309	62.487
Ativos intangíveis	13	281.781	274.158
Total do ativo		8.738.661	11.983.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivos financeiros		7.461.222	10.780.526
Ao custo amortizado		7.414.163	10.746.185
Depósitos	14	5.149.845	4.971.351
Captações no mercado aberto	14	376.324	435.174
Recursos por emissões de letras	14	417.041	315.370
Letras financeiras subordinadas	15	158.689	147.605
Obrigações por transações de pagamento	8(b)	695.401	1.240.383
Outros passivos financeiros	16	616.863	3.636.302
Ao valor justo por meio do resultado		47.059	34.341
Derivativos	7	47.059	34.341
Provisões	17	45.594	38.165
Obrigações fiscais		47.379	32.837
Imposto de renda e contribuição social - correntes		652	3.237
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		12.800	2.693
Outras		33.927	26.907
Outros passivos não financeiros	16	173.696	150.721
Total do passivo		7.727.891	11.002.249
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		931.042	908.625
Capital social	18(a)	896.983	766.180
Reservas de capital		3.987	3.894
Reservas de lucros	18(b)	35.061	154.400
Outros resultados abrangentes	18(e)	(4.989)	(15.849)
Participações de acionistas não controladores	18(f)	79.728	72.967
Total do patrimônio líquido		1.010.770	981.592
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.738.661	11.983.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Produto bancário		853.433	802.584
Receitas de juros e rendimentos similares	19	932.939	916.868
Despesas de juros e encargos similares	19	(727.487)	(689.680)
Resultado de ativos e passivos financeiros	20	259.102	237.491
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior		206.653	156.069
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	21	182.226	181.836
Perdas esperadas de ativos financeiros		(24.316)	(21.597)
Perdas esperadas com operações de crédito	9(c)	(55.842)	(32.243)
Perdas esperadas com demais ativos financeiros		(1.207)	(3.694)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo		32.733	14.340
Produto bancário líquido de perdas esperadas de ativos financeiros		829.117	780.987
Outras receitas e despesas operacionais		(787.024)	(649.568)
Despesas gerais e administrativas	22	(705.348)	(640.479)
Despesas tributárias	24(b)	(102.129)	(107.883)
Resultado de participações em coligadas		(129)	2.002
Demais receitas e despesas operacionais	23	20.582	96.792
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		42.093	131.419
Imposto de renda e contribuição social		27.419	(7.478)
Imposto de renda e contribuição social correntes		7.160	(6.731)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		20.259	(747)
Resultado líquido do período		69.512	123.941
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores		57.620	85.439
Resultado líquido atribuível aos acionistas não controladores	18(f)	11.892	38.502
Lucro por ação - básico e diluído	25		
Ordinárias (em reais - R\$)		0,43	0,72
Preferenciais (em reais - R\$)		0,43	0,72
Média ponderada da quantidade de ações em circulação - básica e diluída			
Ordinárias		100.075.772	83.120.551
Preferenciais		34.948.198	34.948.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Resultado líquido do período	69.512	123.941
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (i)	10.860	(9.060)
Títulos e valores mobiliários	19.746	(16.473)
Efeito fiscal	(8.886)	7.413
Total de outros resultados abrangentes	10.860	(9.060)
Total do resultado abrangente	80.372	114.881
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores	68.480	76.379
Resultado líquido atribuível aos acionistas não controladores	11.892	38.502

(i) Montantes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco BS2 S.A.

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

Valores expressos em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Total de outros resultados abrangentes	Resultado atribuível aos acionistas controladores	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participações de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	617.155	2.713	118.879	(6.789)		731.958	184.940	916.898
Outros resultados abrangentes no período				(9.060)		(9.060)		(9.060)
Remuneração baseada em ações		178				178		178
Direitos de subscrição de ações		1.003				1.003		1.003
Variações nas participações de não controladores							(148.836)	(148.836)
Aumento de capital	149.025					149.025		149.025
Outros			82			82	(1.639)	(1.557)
Resultado líquido do período					85.439	85.439	38.502	123.941
Destinações:								
Constituição de reservas			35.439		(35.439)			
Juros sobre o capital próprio					(50.000)	(50.000)		(50.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	766.180	3.894	154.400	(15.849)		908.625	72.967	981.592
Outros resultados abrangentes no período				10.860		10.860		10.860
Remuneração baseada em ações		155				155		155
Direitos de subscrição de ações		(62)				(62)		(62)
Juros sobre o capital próprio			(72.500)			(72.500)		(72.500)
Aumento de capital	130.803		(121.000)			9.803		9.803
Outros			16.541			16.541	(5.131)	11.410
Resultado líquido do período					57.620	57.620	11.892	69.512
Destinações:								
Constituição de reservas			57.620		(57.620)			
Saldo em 31 de dezembro de 2025	896.983	3.987	35.061	(4.989)		931.042	79.728	1.010.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do período	69.512	123.941
Ajustes ao resultado líquido	(215.641)	(185.826)
Perdas esperadas com operações de crédito	55.842	32.243
Perdas esperadas com demais ativos financeiros	1.207	3.694
Provisão (Reversão) para perdas não operacionais	(295)	
Depreciação e amortização	89.096	55.685
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e outros investimentos	30	127
Resultado de participações em coligadas	129	(2.002)
Ganhos e perdas de capital líquidas	891	(981)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.259)	747
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(175.258)	(209.454)
Variação cambial de outros ativos e passivos	(164.403)	(69.854)
Pagamentos baseados em ações	155	178
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(2.776)	3.791
Resultado líquido ajustado	(146.129)	(61.885)
Variações de ativos e passivos	(201.876)	504.304
Depósitos compulsórios no banco central do Brasil	82.528	(310.176)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	73.446	128.403
Títulos e valores mobiliários	197.667	231.263
Carteira de crédito	(573.745)	(569.603)
Depósitos	178.494	663.689
Captações no mercado aberto	(58.850)	354.800
Recursos de mercados interbancários	101.671	(41.386)
Letras financeiras subordinadas	19.674	25.765
Transações de pagamento (Ativos e Passivos)	(206.803)	(184.544)
Derivativos (Ativos e Passivos)	50.567	(38.659)
Demais ativos e passivos financeiros e não financeiros	(66.525)	244.752
Caixa (aplicado) gerado nas operações	(348.005)	442.419
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.810)	(12.304)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)	(358.815)	430.115
2. Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos		(14)
Aquisição de imobilizado de uso	(26.766)	(37.826)
Alienação de imobilizado de uso	3.346	10.721
Aquisição de intangível	(77.280)	(90.483)
Alienação de intangível	1.129	5.362
Aquisição de participações societárias		(149.396)
Alienação de participações societárias		2.564
Baixa de participações societárias		6.358
Dividendos recebidos	215	439
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)	(99.356)	(252.275)
3. Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(63.123)	(50.697)
Aumento de capital		149.025
Redução de capital de não controladores	(8)	
Direitos de subscrição de ações	(59)	1.000
Emissão de instrumento de dívida elegíveis à capital	5.000	
Liquidação de instrumento de dívida elegíveis à capital	(13.590)	(130.391)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)	(71.780)	(31.063)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa (1+2+3)	(529.951)	146.777
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.058.794	702.563
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	175.258	209.454
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	704.101	1.058.794
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(529.951)	146.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
1 - Receitas	1.577.186	1.567.459
Receitas de juros e rendimentos similares	932.939	916.868
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	182.226	181.836
Resultado de ativos e passivos financeiros	259.102	237.491
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior	206.653	156.069
Perdas esperadas de ativos financeiros	(24.316)	(21.597)
Demais receitas e despesas operacionais	20.582	96.792
2 - Despesas de juros e encargos similares	(727.487)	(689.680)
3 - Insumos adquiridos de terceiros	(343.146)	(298.478)
Processamento de dados	(128.701)	(124.234)
Prestação de serviços	(171.109)	(132.783)
Comunicação	(12.955)	(9.743)
Propaganda e publicidade	(3.986)	(9.418)
Demais despesas administrativas	(26.395)	(22.300)
4 - Valor adicionado bruto (1-2-3)	506.553	579.301
5 - Depreciação e amortização	(89.096)	(55.685)
6 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4-5)	417.457	523.616
7 - Valor adicionado recebido em transferência	(129)	2.002
Resultado de participações em coligadas	(129)	2.002
8 - Valor adicionado a distribuir (6+7)	417.328	525.618
9 - Distribuição do valor adicionado	417.328	525.618
Pessoal	263.625	279.094
Remuneração direta	192.293	199.225
Benefícios	27.331	31.358
FGTS	11.221	11.845
Previdência social	30.803	34.937
Previdência complementar	1.977	1.729
Impostos, taxas e contribuições	74.710	115.361
Federais	62.522	104.364
Estaduais	1.323	127
Municipais	10.865	10.870
Remuneração de capital de terceiros	9.481	7.222
Aluguéis	9.481	7.222
Remuneração de capitais próprios	69.512	123.941
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		50.000
Lucros retidos atribuível aos acionistas controladores	57.620	35.439
Lucros retidos atribuível aos acionistas não controladores	11.892	38.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do Banco BS2 S.A., referentes às datas-base de 31 de dezembro de 2025 e de 2024 para as contas patrimoniais, e aos períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 para as contas de resultado. Os valores estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 Contexto operacional

O Banco BS2 S.A. (“Banco” ou “BS2”) é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial, de câmbio, de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de serviços bancários digitais, créditos para empresas, direitos creditórios e de serviços de pagamentos (*banking as a service*). As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O Banco tem como principal fonte de recursos os depósitos à vista, o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado e o lançamento de letras financeiras subordinadas.

O Banco, controlado diretamente pela Bonsucesso Holding Financeira S.A., é a instituição líder das instituições financeiras do Grupo Bonsucesso, constituída e domiciliada no Brasil, sediada na Avenida Raja Gabaglia, 1.143 -15º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte – MG.

Estas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 27 de março de 2026.

2 Políticas contábeis materiais

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A. (“Banco” ou “BS2”) foram preparadas considerando o estabelecido na resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) que requer a elaboração de demonstrações consolidadas de acordo com o padrão contábil internacional (“IFRS”), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) atualmente denominadas como normas contábeis IFRS (IFRS® *Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS *Foundation*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, o BS2 observa o disposto na IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, apresentando o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo, como requerido pelo IFRS 9, em função do modelo de negócio.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do BS2 no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 2.3.

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas.

Foram realizadas reclassificações de informações comparativas no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024 e na demonstração de resultado referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024:

Balanço patrimonial			
	De	Para	31/12/2024
Títulos e valores mobiliários		Carteira de crédito	403.580
Títulos e valores mobiliários		(-) Provisão para perdas esperadas (impairment)	(8.057)

Demonstração do resultado			
	De	Para	01/01 a 31/12/2024
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior		Receitas de juros e rendimentos similares	10.557
Resultado de ativos e passivos financeiros		Receitas de juros e rendimentos similares	42.511

2.2. Adoção de novas normas e interpretações

Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2025

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para período atual.

Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros Divulgações:** Publicado em maio de 2024, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do BS2.

2.3. Estimativas contábeis críticas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações financeiras consolidadas devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As principais estimativas foram discutidas detalhadamente com vista à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo BS2 são detalhados abaixo:

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota 28.

(b) Taxa de juros efetiva

A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exclusivamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros, estimados durante a vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou o custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera perdas de crédito esperadas e inclui custos de transação, prêmios ou descontos e taxas pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

A receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto dos ativos financeiros. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada, considerando a perda de crédito esperada, ao custo amortizado do ativo financeiro.

(c) Modificação de ativos financeiros

Caso os termos de um ativo financeiro sejam modificados, o BS2 avalia se os fluxos de caixa do ativo modificado são substancialmente diferentes. Caso os fluxos de caixa sejam substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro original serão considerados vencidos. Neste caso, o ativo financeiro original é baixado e um novo ativo financeiro é reconhecido ao valor justo.

Caso os fluxos de caixa do ativo modificado mensurado ao custo amortizado não sejam substancialmente alterados, a modificação não resulta em baixa do ativo financeiro. Neste caso, o BS2 recalcula o valor contábil bruto do ativo financeiro e reconhece o valor resultante dos ajustes ao valor contábil bruto como ganho ou perda de modificação no resultado. Caso uma modificação dessa natureza seja realizada devido às dificuldades financeiras do devedor, ganhos ou perdas são apresentados em conjunto com as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Em outros casos, são apresentados como receita de juros.

(d) Transferência e baixa de ativos financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial, é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos no resultado. As recuperações subseqüentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita.

Dessa forma, os ativos financeiros são baixados, total ou parcialmente, quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro ou quando o BS2 transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa.

(e) Perdas de crédito esperadas

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem.

Para determinar a provisão para perda de crédito esperada (“*impairment*”), o BS2 avalia primeiro se existe evidência objetiva de perda no valor recuperável individualmente para ativos financeiros que sejam significativos, e individual ou coletivo para ativos financeiros que não sejam significativos.

Para medir individualmente a provisão de crédito esperada de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o BS2 considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a provisão de crédito esperada de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o BS2 separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

(f) Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, para imposto de renda (IRPJ) foi calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% e para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada pela alíquota de 20%.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais do BS2 está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

(g) Provisões, contingências e obrigações legais

O BS2 revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado. As contingências classificadas como perdas prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. Informações adicionais estão descritas na nota 17.

2.4. Resumo das principais políticas contábeis

(a) Consolidação

I. Controladas

De acordo com a IFRS 10 - demonstrações financeiras consolidadas, controladas são todas as entidades nas quais o Banco possui controle.

As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

As empresas consolidadas e as suas participações diretas e indiretas estão demonstradas a seguir:

Empresa	Atividade	% Participação 30/09/2025	% Participação 31/12/2024
Banco BS2 - Agência Cayman	Agência no exterior	100,00%	100,00%
BS Tecnologia Ltda.	Serviços de tecnologia	99,90%	99,90%
BS2 Payments Instituição de Pagamento S.A.	Instituição de pagamento	100,00%	100,00%
Adiqplus Instituição de Pagamento Ltda.	Instituição de pagamento	99,99%	99,99%
Adiq Tecnologia Ltda.	Serviços de tecnologia	99,94%	99,94%
IPG Holding Financeira S.A.	Participação societária não-financeiras	51,50%	51,50%
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	Administradora de fundos e investimentos	100,00%	100,00%
BS2 Seguros S.A. (*)	Previdência privada e seguradora autorizada a funcionar pela SUSEP	100,00%	100,00%
BS Tecnologia e Segurança da Informação Ltda.	Serviços de tecnologia	100,00%	100,00%
BS Tecnologia e Desenvolvimento Ltda.	Serviços de tecnologia	100,00%	100,00%
BS2 ARB Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Não-padronizados	Fundo de Investimento	n/a	67,31%
Opera Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Multisetorial	Fundo de Investimento	90,83%	n/a

(*) Participação indireta via IPG Holding Financeira S.A.

Adiq Instituição de Pagamento S.A. (“Adiq Instituição de Pagamento”): Em julho de 2024 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária deliberando o aumento do capital social da empresa Adiq para R\$ 271.780, representado pela emissão de 9.199.578 ações novas também ordinárias, nominativas, sem valor nominal, atribuídas em bonificação aos acionistas. Em agosto de 2024 o Banco BS2 adquiriu, de terceiros, 27.683.415 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal da Adiq representado pelo montante de R\$ 149.386, alterando a participação do Banco para 99.9980%.

IPG Holding Financeira S.A. (“IPG”): Em março de 2024, o Banco alienou 405.883 ações ordinárias da IPG alterando a participação do Banco para 51,50%.

DT Participações S.A. (“DT Participações”): Em agosto de 2024 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária e foi aprovada a dissolução, liquidação e extinção da BLU Participações S.A.

BLU Participações S.A. (“BLU Participações”): Em julho de 2024 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária e foi aprovada a dissolução, liquidação e extinção da BLU Participações S.A.

Butiá Participações S.A. (“Butiá Participações”): Em outubro de 2024 o Banco BS2 realizou a alienação de suas ações na Butiá Participações, resultando em um ganho de R\$ 1.696.

BS2P Participações Ltda. (“BS2P Participações”): Em julho de 2024 foi realizado o distrato social aprovando a liquidação, dissolução e extinção da BS2P Participações.

II. Ágio

O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando existe indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa (UGC) e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

III. Transações de capital com acionistas não controladores

A IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores seja reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do BS2 são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do BS2, e, também, a moeda de apresentação.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

(d) Ativos e passivos financeiros - IFRS 9

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Reconhecimento inicial e desreconhecimento

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e desreconhecidas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são parcialmente ou totalmente desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem ou o BS2 transfere o ativo financeiro e essa transferência se qualificar para desreconhecimento.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando eles são extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencer.

Transferência de ativos financeiros

Quando há transferência substancial de todos os riscos e benefícios os ativos financeiros são desreconhecidos, caso contrário, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar o envolvimento contínuo relacionado à transação.

Classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor justo por meio do resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*).

Modelo de negócios: Representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com a finalidade de obter fluxos de caixa contratuais, obter fluxos de caixa contratuais e venda ou outros. Para avaliar os modelos de negócios, o BS2 considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios, como os gestores do negócio são remunerados e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

SPPI Test: Avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, acrescido dos ajustes efetuados pelo método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O BS2 classifica a hierarquia de valor justo conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na nota 28.

O ajuste a valor justo de ativos e passivos financeiros é reconhecido no patrimônio líquido para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e na demonstração consolidada do resultado para demais ativos e passivos financeiros.

Instrumentos Patrimoniais

Um instrumento de patrimônio é qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, tais como ações e cotas.

Perda de crédito esperada

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a perda de crédito esperada está dividida em três níveis, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

- Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. O valor da perda de crédito esperada representa possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses.

- Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à perda de crédito esperada reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial.

- Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à perda de crédito esperada reflete o risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

A mensuração da perda esperada se realiza mediante os seguintes fatores:

- Exposição à inadimplência ou EAD: é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.

- Probabilidade de inadimplência (PD): é definido como a probabilidade de que a contraparte possa cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos do IFRS 9, serão considerados o PD - 12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD - tempo de vida, que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimação desses parâmetros devem ser consideradas.

- Perda por Inadimplência (LGD): é a perda resultante no caso de não cumprimento, ou seja, a porcentagem da exposição que não pode ser recuperado em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimação.

- Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para trazê-los ao valor presente.

Para a estimativa dos parâmetros mencionados acima, o BS2 tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

O BS2 considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando é provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito ou o devedor apresenta obrigações de crédito significativas vencidas há mais de 90 dias, como regra geral.

Os saques a descoberto são considerados vencidos caso o cliente viole um limite recomendado ou lhe tenha sido concedido um limite inferior ao montante atual em aberto.

Ao avaliar se um devedor está inadimplente, o BS2 considera indicadores qualitativos, no caso de violações às cláusulas restritivas (*covenants*), quantitativos, no caso do status de vencido e não pagamento de outra obrigação do mesmo emissor e baseados em dados coletados internamente e obtidos de fontes externas.

Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isso não altera substancialmente seus termos e condições, o BS2 não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original e os efeitos da modificação são reconhecidos no resultado. Quaisquer custos ou taxas incorridas ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro.

Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o BS2 baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, conseqüentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito.

Classificação e mensuração subsequente de passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os derivativos e outros passivos financeiros.

- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos

Todos os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Operações de *hedge*:

As entidades consolidadas do BS2 utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins:

- Para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito.

- Para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como *hedge*).
- Para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de *hedge* são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de *hedge* se todas as condições a seguir forem atendidas:

i) O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

- Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (*hedge* de valor justo).
- Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).
- O investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior).

ii) Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do *hedge*, ou seja:

- Na data do acordo, for esperado que o *hedge*, sob condições normais, seja altamente efetivo (efetividade prospectiva).
- Há prova suficiente de que o *hedge* foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta (efetividade retrospectiva).

iii) Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do BS2.

As variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de *hedge* são reconhecidas em *hedges* de valor justo, os ganhos ou as perdas, tanto sobre os instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de *hedge* deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo mensurado a valor justo no resultado.

Quando a contabilização de operações de *hedge* pelo valor justo é descontinuada (revogada, expirada, vendida ou não atender mais os critérios de *hedge* contábil), os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do *hedge*. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Atualmente, o Banco não possui estruturas de *hedge* que exijam a aplicação do IAS 39 para realização de testes de efetividade. Dessa forma, não há necessidade de adoção dos critérios estabelecidos pela norma para avaliação e contabilização de instrumentos de *hedge* em suas demonstrações financeiras.

(e) Investimentos em empresas coligadas

Coligadas são entidades nas quais o BS2 tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

(f) Operações de arrendamento (arrendatário)

Para a realização de suas atividades, o Banco BS2 é arrendatário principalmente de imóveis (ativos subjacentes). No momento da assinatura do contrato, os pagamentos futuros dos aluguéis são reconhecidos a valor presente, descontados por uma taxa incremental de captação, sendo registrados na rubrica Outros Passivos Financeiros, enquanto a despesa financeira correspondente é apropriada ao resultado ao longo do período do arrendamento. Em contrapartida, é reconhecido um ativo de direito de uso, que é depreciado de forma linear ao longo do prazo do contrato e submetido a testes periódicos para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

Nos casos em que o ativo subjacente seja considerado de baixo valor, os pagamentos são reconhecidos diretamente no resultado como despesa, conforme incorridos.

Na determinação do prazo do arrendamento, o Banco BS2 considera o período não cancelável do contrato, além de avaliar a expectativa de renovação, possibilidade de rescisão contratual e o prazo estimado para desocupação do imóvel, conforme aplicável.

Os principais julgamentos exercidos nas operações de arrendamento incluem: Determinação da taxa de desconto, refletindo o custo que seria incorrido para adquirir o ativo; Definição dos ativos de baixo valor, para fins de reconhecimento contábil; e Avaliação da expectativa de renovação contratual, considerando as condições e necessidades operacionais da Instituição.

(g) Ativos tangíveis e intangíveis**Ativos tangíveis**

O ativo tangível é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O BS2 avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado.

A seguir demonstramos a vida útil dos ativos tangíveis:

Item	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2, 4 e 6 anos
Equipamentos de processamento de dados	6 anos
Equipamentos de comunicação e de segurança	6 e 10 anos
Veículos	3 anos
Mobiliário	10 anos
Máquinas de cartão	5 anos

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *softwares* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. O BS2 não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

O BS2 avalia semestralmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução ao valor recuperável. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

O BS2 elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial. A seguir demonstramos a vida útil dos ativos intangíveis:

Item	Vida útil
Sistemas de processamento de dados adquiridos	Entre 2 e 10 anos
Sistemas de processamento de dados gerados internamente	Entre 4 e 10 anos

(h) Ativos não correntes mantidos para venda

Nesta categoria foram registrados os ativos cujo valor contábil possa ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, em vez do uso continuado. São compostos por bens móveis ou imóveis, não utilizados operacionalmente, adquiridos ou recebidos por dação em pagamento.

Estes bens quando recebidos por dação em pagamento são vendidos. Entretanto, aqueles que eventualmente apresentarem alguma dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment* por meio de laudo técnico.

(i) Imposto de renda e contribuição social

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido. O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado na rubrica imposto de renda e contribuição social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente acumulado, tais como o imposto sobre valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, benefícios pós emprego e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa e de investimentos líquidos em operações no exterior. Posteriormente estes itens são reconhecidos no resultado na realização do ganho/perda dos instrumentos. Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas no período em que entram em vigor.

(j) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

Provisões são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a Administração do BS2 entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Passivos contingentes são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como “prováveis”, para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica Provisões, como “possíveis”, para as quais são divulgadas em notas explicativas das demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada e como “remotas”, para as quais não requerem provisão e nem divulgação.

(k) Garantias financeiras

O BS2 emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

(l) Informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do BS2. As informações dos resultados por segmentos estão apresentadas na nota 26.

(m) Conciliação do resultado líquido e do patrimônio líquido

As demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A. são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) diferentemente das demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas de acordo com

as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “*International Accounting Standard Board*” (“IASB”).

A seguir está demonstrada a reconciliação do resultado líquido e do patrimônio líquido dos acionistas controladores em atendimento à resolução CMN nº 4.818/20:

	Resultado líquido		Patrimônio líquido	
	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco BS2 individual - BRGAAP	72.065	100.785	900.036	894.680
Ajustes de consolidação (i)	(5.092)	(14.410)	21.103	9.655
Banco BS2 consolidado - BRGAAP	66.973	86.375	921.139	904.335
Ajustes de perdas esperadas - IFRS 9 (ii)	(17.543)	(2.344)	(11.889)	(9.312)
Ajustes de arrendamentos - IFRS 16 (iii)	(161)	(410)	(2.429)	(2.268)
Ajustes de ágio da expectativa de rentabilidade futura - <i>goodwill</i> (iv)	1.054	1.053	13.350	12.297
Efeitos tributários dos ajustes	7.297	765	10.871	3.573
Total atribuível aos acionistas controladores	57.620	85.439	931.042	908.625
Total atribuível aos acionistas não controladores	11.892	38.502	79.728	72.967
Banco BS2 consolidado em IFRS	69.512	123.941	1.010.770	981.592

- (i) Ajustes de consolidação de receita de comissão de seguros na controladora em contrapartida a despesa de comissão de seguros diferida conforme vigência da apólice de seguros na controlada e ajustes de consolidação das cessões de valores a receber dos emissores de cartões de crédito e débito da Adiq para com o Banco.
- (ii) Ajustes no cálculo de perda incorrida do BRGAAP para o modelo de cálculo de perda esperada de acordo com o IFRS 9.
- (iii) Ajustes de arrendamento de acordo com o IFRS 16.
- (iv) Ajustes de ágio da expectativa de rentabilidade futura – *goodwill* referente a aquisição pelo Banco BS2 de 5,06% das ações da Adiq com pagamento de ágio onde no BRGAAP é apropriado ao resultado e patrimônio líquido de acordo com laudo técnico.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos voluntários no Banco Central do Brasil	300.000	374.999
Disponibilidades e depósitos em moedas estrangeiras	397.801	627.126
Caixa e depósitos bancários	3.439	194
Aplicações interfinanceiras de liquidez	859	54.475
Reservas livres no Banco Central do Brasil	2.002	2.000
Total	704.101	1.058.794

4 Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos de conta de pagamento instantâneo	340.974	429.342
Depósitos de moeda eletrônica	17.996	14.115
Reservas em moeda nacional	12.574	10.616
Total	371.544	454.073

5 Aplicações em depósitos interfinanceiros

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações em depósitos interfinanceiros		71.714
Aplicações em moedas estrangeiras	2.234	3.966
Total	2.234	75.680

6 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2025							
	Custo	Ajustes ao valor justo	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Ao custo amortizado	9.150		9.150			9.150		
Debêntures	9.150		9.150			9.150		
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	274.365	(9.070)	265.295				218.787	46.508
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	43.033	3.475	46.508					46.508
Notas do Tesouro Nacional	231.332	(12.545)	218.787				218.787	
Ao valor justo por meio do resultado	1.563.694	2.769	1.566.463	275.344	175.772	133.273	953.152	28.922
Cotas de fundos de investimentos	274.863	481	275.344	275.344				
Letras Financeiras do Tesouro	1.128.953	(29)	1.128.924		175.772		953.152	
Notas do Tesouro Nacional	133.222	51	133.273			133.273		
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	26.656	2.266	28.922					28.922
Total	1.847.209	(6.301)	1.840.908	275.344	175.772	142.423	1.171.939	75.430

	31/12/2024							
	Custo	Ajustes ao valor justo	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Ao custo amortizado	12.843		12.843		1.919	122	9.939	863
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	1.874		1.874		1.874			
Debêntures	10.969		10.969		45	122	9.939	863
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	915.168	(28.875)	886.293			664.301	205.658	16.334
Letras Financeiras do Tesouro	619.702	186	619.888			619.888		
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	14.865	1.469	16.334					16.334
Notas do Tesouro Nacional	280.601	(30.530)	250.071			44.413	205.658	
Ao valor justo por meio do resultado	987.483	86	987.569	392.185	179.499	59.453	356.432	
Cotas de fundos de investimentos	392.185		392.185	392.185				
Letras Financeiras do Tesouro	595.298	86	595.384		179.499	59.453	356.432	
Total	1.915.494	(28.789)	1.886.705	392.185	181.418	723.876	572.029	17.197

As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme regras da CVM.

Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

7 Derivativos

O BS2 participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis. Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o BS2 efetua operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía contratos de derivativos envolvendo operações de Swap, futuros e à termo de modo a mitigar a exposição de moedas estrangeiras e um prêmio de opção de ações a exercer a partir de dezembro de 2026.

A partir de 1º de janeiro de 2025, os contratos de câmbio passaram a ser tratados contabilmente como instrumentos financeiros derivativos, conforme estabelecido pelas Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023. Consequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo, e os efeitos de suas variações são reconhecidos diretamente no resultado do período.

A seguir demonstramos a posição dos instrumentos financeiros derivativos com valores marcados a mercado:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo - Total a receber	38.281	76.131
Contratos de câmbio	1.839	
Opções de compra de ações	3.000	3.000
Compras a termo a receber	10.861	71.432
Vendas a termo a receber	22.487	1.699
Swap	94	
Passivo - Total a pagar	(47.059)	(34.341)
Contratos de câmbio	(6.362)	
Compras a termo a pagar	(34.017)	(354)
Vendas a termo a entregar	(6.680)	(33.987)
Valor líquido	(8.778)	41.790

A seguir demonstramos o resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Contrato de câmbio	(1.905)	
Operações com derivativos à futuros	(18.113)	(14.747)
Operações com derivativos à termo	45.460	27.291
Operações com ativos financeiros e mercadorias - Opções		(160)
Swap	94	(9)
Total	25.536	12.375

8 Transações de pagamento

(a) Transações de pagamento

Registram-se os valores a receber dos bancos emissores de cartões referentes as transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões em estabelecimentos comerciais, já líquidos de antecipações.

(b) Obrigações por transações de pagamento

Registram-se os valores de transações de venda de produtos e serviços realizados com cartões de crédito e de débito a pagar aos estabelecimentos comerciais credenciados, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela BS2 e bancos emissores e líquidos das antecipações realizadas aos estabelecimentos comerciais.

(c) Receitas com antecipação de transações de pagamento

Registram-se as rendas provenientes de antecipação de créditos aos estabelecimentos comerciais credenciados nas operações da adquirência, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita.

(d) Despesas com antecipação de transações de pagamento

Registram-se as despesas pelo recebimento antecipado de valores relativos a transações de pagamento junto aos bancos emissores.

9 Carteira de crédito e provisão para perdas esperadas (*impairment*)

(a) Composição da carteira de crédito

A seguir apresentamos a composição da carteira de crédito por produto, vencimento e concentração:

Carteira de crédito por produto	31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro	1.346.591	1.307.413
Títulos com características de crédito	711.823	403.579
Precatórios	85.789	336.559
Financiamento à exportação, importação e ACC	163.780	302.525
Risco sacado	70.901	117.284
Conta garantida	70.328	95.123
Financiamentos Imobiliários	27.378	20.545
CDC - Pessoas jurídicas	15.072	20.313
Desconto de títulos	573.854	15.842
Cheque especial	17.084	5.951
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros	10.372	10.628
Crédito pessoal	6.035	7.211
Outros	1.085	6.435
Total da carteira de crédito	3.100.092	2.649.408
(-) Provisão para perdas esperadas (<i>impairment</i>)	(138.726)	(75.986)
Total da carteira de crédito líquido das perdas esperadas	2.961.366	2.573.422

Carteira de crédito por vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Total de parcelas a vencer	2.938.623	2.626.123
A vencer com prazo indeterminado	85.789	336.559
A vencer até 90 dias	947.351	552.512
A vencer de 91 a 180 dias	425.992	308.447
A vencer de 181 a 360 dias	524.236	518.716
A vencer acima de 360 dias	955.255	909.889
Total de parcelas vencidas	161.469	23.285
Vencidas até 90 dias	77.484	10.171
Vencidas de 91 a 180 dias	23.382	6.352
Vencidas de 181 a 360 dias	38.706	6.290
Vencidas acima de 360 dias	21.897	472
Total	3.100.092	2.649.408

Carteira de crédito por concentração	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	335.218	10,81	495.334	18,70
Do 11º ao 30º devedor	381.669	12,31	360.279	13,60
Do 31º ao 80º devedor	433.718	13,99	495.036	18,68
Do 81º ao 180º devedor	438.509	14,15	475.309	17,94
Demais	1.510.978	48,74	823.450	31,08
Total	3.100.092	100,00	2.649.408	100,00

(b) Valor contábil bruto da carteira de crédito

Estágio 1	Saldo em 31/12/2024	Transferido para estágio 2	Transferido para estágio 3	Transferido do estágio 2	Transferido do estágio 3	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	1.186.165	(82.349)	(93.720)	10.998	6.011		43.941	1.071.046
Precatórios	336.559						(250.770)	85.789
Financiamento à exportação, importação e ACC	300.545		(4.887)				(151.988)	143.670
Risco sacado	116.652		(223)				(46.639)	69.790
Conta garantida	95.123	(715)	(805)				(28.347)	65.256
Financiamentos Imobiliários	20.545						6.833	27.378
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	20.226						(5.154)	15.072
Desconto de títulos	15.330						534.805	550.135
Títulos com características de crédito	395.974	(3.880)	(15.366)				304.462	681.190
Cheque especial	5.234	(33)	(836)				9.460	13.825
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros	10.628						(256)	10.372
Crédito pessoal	7.054		(98)				(1.258)	5.698
Outros	6.151		(562)				(5.535)	54
Total	2.516.186	(86.977)	(116.497)	10.998	6.011		409.554	2.739.275

Estágio 2	Saldo em 31/12/2024	Transferido para estágio 1	Transferido para estágio 3	Transferido do estágio 1	Transferido do estágio 3	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	33.355	(10.998)	(9.389)	82.349			36.068	131.385
Precatórios								
Financiamento à exportação, importação e ACC							544	544
Risco sacado	145		(145)				224	224
Conta garantida				715			1.865	2.580
Financiamentos Imobiliários							(87)	
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	87						8.255	8.260
Desconto de títulos	5						4.436	8.316
Títulos com características de crédito				3.880			415	455
Cheque especial	20		(13)	33				
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros							(15)	142
Crédito pessoal	157						2	5
Outros	15		(12)					
Total	33.784	(10.998)	(9.559)	86.977			51.707	151.911



Estágio 3	Saldo em 31/12/2024	Transferido para estágio 1	Transferido para estágio 2	Transferido do estágio 1	Transferido do estágio 2	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	87.893	(6.011)		93.720	9.389		(40.831)	144.160
Precatórios								
Financiamento à exportação, importação e ACC	1.980			4.887			12.699	19.566
Risco sacado	487			223	145		32	887
Conta garantida				805			1.687	2.492
Financiamentos Imobiliários								
CDC - Pessoas físicas e jurídicas								
Desconto de títulos	507						14.952	15.459
Títulos com características de crédito	7.605			15.366			(654)	22.317
Cheque especial	697			836	13		1.258	2.804
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros								
Crédito pessoal				98			97	195
Outros	269			562	12		183	1.026
Total	99.438	(6.011)		116.497	9.559		(10.577)	208.906

Consolidado dos 3 estágios	Saldo em 31/12/2024	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	1.307.413		39.178	1.346.591
Precatórios	336.559		(250.770)	85.789
Financiamento à exportação, importação e ACC	302.525		(138.745)	163.780
Risco sacado	117.284		(46.383)	70.901
Conta garantida	95.123		(24.795)	70.328
Financiamentos Imobiliários	20.545		6.833	27.378
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	20.313		(5.241)	15.072
Desconto de títulos	15.842		558.012	573.854
Títulos com características de crédito	403.579		308.244	711.823
Cheque especial	5.951		11.133	17.084
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros	10.628		(256)	10.372
Crédito pessoal	7.211		(1.176)	6.035
Outros	6.435		(5.350)	1.085
Total	2.649.408		450.684	3.100.092

(c) **Perdas esperadas de crédito (*impairment*)**

Estágio 1	Saldo em 31/12/2024	Transferido para estágio 2	Transferido para estágio 3	Transferido do estágio 2	Transferido do estágio 3	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	(37.759)	5.706	1.479	(327)	(1.182)		21.166	(10.917)
Precatórios	(584)						539	(45)
Financiamento à exportação, importação e ACC	(3.226)		49				1.258	(1.919)
Risco sacado	(710)		1				404	(305)
Conta garantida	(1.025)	7	16				(545)	(1.547)
Financiamentos Imobiliários	(608)						318	(290)
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	(216)						21	(195)
Desconto de títulos	(167)						(13.714)	(13.881)
Títulos com características de crédito	(3.837)	39	337				(515)	(3.976)
Cheque especial	(106)	1	14				(884)	(975)
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros	(7)						(13)	(20)
Crédito pessoal	(49)						(23)	(72)
Outros	(3)		3					
Total	(48.297)	5.753	1.899	(327)	(1.182)		8.012	(34.142)

Estágio 2	Saldo em 31/12/2024	Transferido para estágio 1	Transferido para estágio 3	Transferido do estágio 1	Transferido do estágio 3	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	(586)	327	194	(5.706)			2.029	(3.742)
Precatórios								
Financiamento à exportação, importação e ACC							(51)	(51)
Risco sacado	(4)		4				(55)	(55)
Conta garantida				(7)			(309)	(316)
Financiamentos Imobiliários								
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	(3)						3	
Desconto de títulos							(2.368)	(2.368)
Títulos com características de crédito				(39)			(216)	(255)
Cheque especial	(2)			(1)			(75)	(78)
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros								
Crédito pessoal	(9)						7	(2)
Outros	(1)							(1)
Total	(605)	327	198	(5.753)			(1.035)	(6.868)



Estágio 3	Saldo em 31/12/2024	Transferido para estágio 1	Transferido para estágio 2	Transferido do estágio 1	Transferido do estágio 2	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	(19.241)	1.182		(1.479)	(194)		(41.375)	(61.107)
Precatórios								
Financiamento à exportação, importação e ACC	(1.980)			(49)			(8.984)	(11.013)
Risco sacado	(367)			(1)	(4)		(427)	(799)
Conta garantida				(16)			(1.191)	(1.207)
Financiamentos Imobiliários								
CDC - Pessoas físicas e jurídicas								
Desconto de títulos	(355)						(10.034)	(10.389)
Títulos com características de crédito	(4.219)			(337)			(5.264)	(9.820)
Cheque especial	(667)			(14)			(1.642)	(2.323)
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros								
Crédito pessoal							(195)	(195)
Outros	(255)			(3)			(605)	(863)
Total	(27.084)	1.182		(1.899)	(198)		(69.717)	(97.716)

Consolidado dos 3 estágios	Saldo em 31/12/2024	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	(57.586)		(18.180)	(75.766)
Precatórios	(584)		539	(45)
Financiamento à exportação, importação e ACC	(5.206)		(7.777)	(12.983)
Risco sacado	(1.081)		(78)	(1.159)
Conta garantida	(1.025)		(2.045)	(3.070)
Financiamentos Imobiliários	(608)		318	(290)
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	(219)		24	(195)
Desconto de títulos	(522)		(26.116)	(26.638)
Títulos com características de crédito	(8.056)		(5.995)	(14.051)
Cheque especial	(775)		(2.601)	(3.376)
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros	(7)		(13)	(20)
Crédito pessoal	(58)		(211)	(269)
Outros	(259)		(605)	(864)
Total	(75.986)		(62.740)	(138.726)

10 Outros ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Financeiros	213.404	2.975.668
Ao custo amortizado	213.404	2.975.668
Carteira de câmbio (i)		2.861.453
Valores a receber decorrentes de precatórios da própria instituição	619	46.579
Contratos de seguros	120.592	58.652
Rendas a receber	2.159	4.674
Negociação e intermediação de valores	88.105	
Diversos	1.929	4.310
Não financeiros	81.885	101.974
Despesas antecipadas	21.120	31.900
Deságio na colocação de títulos	6.653	16.720
Devedores por depósitos em garantia (nota 17(i))	24.938	16.080
Adiantamentos a terceiros	15.042	13.894
Adiantamentos de meios de pagamentos (ii)	1.630	9.097
Diversos	12.502	14.283
Total	295.289	3.077.642

(i) A partir de 1º de janeiro de 2025, os contratos de câmbio passaram a ser tratados contabilmente como instrumentos financeiros derivativos, conforme estabelecido pelas Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023. Consequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo, e os efeitos de suas variações são reconhecidos diretamente no resultado do período.

(ii) Refere-se a valor adiantado ao parceiro especializado em serviços de meios de pagamentos, para acolhimento de pagamentos demandados pelos clientes do Banco diariamente.

11 Ativos não correntes mantidos para venda

Os ativos não correntes mantidos para venda referem-se a bens não de uso próprio, compostos principalmente por imóveis e veículos recebidos pela Instituição em liquidação de instrumentos financeiros com indícios de difícil ou duvidosa solução. Esses ativos estão disponíveis para alienação e não se destinam à utilização nas atividades operacionais da Instituição.

12 Ativos tangíveis

	Equipamentos de processamentos de dados	Imobilizado de arrendamento (*)	Outros	Total
Custo em 31 de dezembro de 2023	78.191	39.328	29.543	147.062
Adição	2.188	30.600	5.038	37.826
Baixas	(12.800)	(24.838)	(717)	(38.355)
Transferências	150		(147)	3
Redução no valor recuperável			(127)	(127)
Custo em 31 de dezembro de 2024	67.729	45.090	33.590	146.409
Adição	21.444	1.662	3.659	26.765
Baixas	(3.956)	(6.552)	(6.902)	(17.410)
Transferências	5.599		(2.865)	2.734
Redução no valor recuperável			(29)	(29)
Custo em 31 de dezembro de 2025	90.816	40.200	27.453	158.469
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	(42.888)	(28.631)	(14.744)	(86.263)
Despesa de depreciação	(12.345)	(8.698)	(4.250)	(25.293)
Baixas	7.311	19.901	422	27.634
Transferências	(3)		3	
Depreciação em 31 de dezembro de 2024	(47.925)	(17.428)	(18.569)	(83.922)
Despesa de depreciação	(11.311)	(8.637)	(3.182)	(23.130)
Baixas	3.250	5.605	5.209	14.064
Transferências			(172)	(172)
Depreciação em 31 de dezembro de 2025	(55.986)	(20.460)	(16.714)	(93.160)
Residual em 31 de dezembro de 2024	19.804	27.662	15.021	62.487
Residual em 31 de dezembro de 2025	34.830	19.740	10.739	65.309

(*) O BS2 é arrendatário, principalmente, de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades comerciais e administrativas. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, no passivo, que corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao ativo de direito de uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento.

13 Ativos intangíveis

	Ágio (*)	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
Custo em 31 de dezembro de 2023	23.829	262.545	13	286.387
Adição		90.483		90.483
Baixas	(1.215)	(23.135)		(24.350)
Transferências		(14.884)		(14.884)
Custo em 31 de dezembro de 2024	22.614	315.009	13	337.636
Adição		77.280		77.280
Baixas		(7.874)		(7.874)
Transferências		(2.928)		(2.928)
Custo em 31 de dezembro de 2025	22.614	381.487	13	404.114
Amortização em 31 de dezembro de 2023		(66.986)		(66.986)
Despesa de amortização		(30.364)		(30.364)
Baixas		18.988		18.988
Transferências		14.884		14.884
Amortização em 31 de dezembro de 2024		(63.478)		(63.478)
Despesa de amortização		(65.966)		(65.966)
Baixas		6.745		6.745
Transferências		366		366
Amortização em 31 de dezembro de 2025		(122.333)		(122.333)
Residual em 31 de dezembro de 2024	22.614	251.531	13	274.158
Residual em 31 de dezembro de 2025	22.614	259.154	13	281.781

(*) Em maio de 2023 o Banco adquiriu 5,06% de ações da Adiq Instituição de Pagamento com ágio por expectativa de rentabilidade futura.

14 Depósitos, captação no mercado aberto e recursos de mercados interbancários

	31/12/2025					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos	1.177.339	374.967	1.767.497	1.625.097	204.945	5.149.845
Depósitos à vista	1.169.405					1.169.405
Outros depósitos	7.934					7.934
Depósitos interfinanceiros		4.802	3.484			8.286
Depósitos a prazo		370.165	1.764.013	1.625.097	204.945	3.964.220
Captações no mercado aberto		376.324				376.324
Letras Financeiras do Tesouro		376.324				376.324
Recursos por emissões de letras		120.193	100.507	196.341		417.041
Letras de crédito imobiliário		119.920	61.457	337		181.714
Letras de crédito do agronegócio		273	24.709	1.016		25.998
Letras financeiras			14.341	194.988		209.329
Total	1.177.339	871.484	1.868.004	1.821.438	204.945	5.943.210

	31/12/2024					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos	828.007	229.432	1.252.141	2.516.196	145.575	4.971.351
Depósitos à vista	817.222					817.222
Outros depósitos	10.785					10.785
Depósitos interfinanceiros		24.306	49.020			73.326
Depósitos a prazo		205.126	1.203.121	2.516.196	145.575	4.070.018
Captações no mercado aberto		435.174				435.174
Letras Financeiras do Tesouro		435.174				435.174
Recursos por emissões de letras		78.948	176.189	60.233		315.370
Letras de crédito imobiliário		72.386	152.837	25.762		250.985
Letras de crédito do agronegócio		6.562	343	346		7.251
Letras financeiras			23.009	34.125		57.134
Total	828.007	743.554	1.428.330	2.576.429	145.575	5.721.895

15 Letras financeiras subordinadas

Taxa anual	Emissão	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
130% CDI	2020	2025		852
PRÉ 9,88%	2020	2026	681	619
100% IPCA + 2,99%	2021	2027	499	462
100% IPCA + 5,98%	2021	2027	997	897
100% IPCA + 6,17%	2021	2027	8.399	7.549
100% IPCA + 6,18%	2021	2027	840	755
100% IPCA + 6,23%	2021	2027	502	451
100% IPCA + 6,27%	2021	2027	503	451
100% IPCA + 6,28%	2021	2027	1.352	1.214
100% IPCA + 6,38%	2021	2027	1.016	912
100% IPCA + 6,47%	2021	2027	1.520	1.361
100% IPCA + 6,48%	2021	2027	1.018	912
100% IPCA + 6,58%	2021	2027	1.027	920
100% IPCA + 6,68%	2021	2027	12.202	10.911
100% IPCA + 5,77%	2022	2028	64.899	61.878
140% CDI	2022	2028	47.326	46.639
PRÉ 10,86%	2022	2028	10.823	10.822
100% CDI	2025	2031	5.085	
Total			158.689	147.605

16 Outros passivos

	31/12/2025	31/12/2024
Passivos financeiros ao custo amortizado	616.863	3.636.302
Carteira de câmbio (i)		2.842.414
Obrigações em moeda estrangeira (i)	247.722	
Recursos em trânsito de terceiros	299	554.394
Contratos de seguro	174.438	95.708
Obrigações de arrendamento	22.170	29.930
Obrigações por empréstimos e repasses	169.662	112.965
Negociação e intermediação de valores	785	423
Diversos	1.787	468
Não financeiros	173.696	150.721
Provisão de pessoal	76.675	80.658
Provisão a fornecedores e prestadores de serviços	34.619	32.484
Valores recebidos para fechamento de contrato de câmbio	24.889	8.518
Incentivo de bandeiras de cartões a apropriar	6.069	9.244
Valores a repassar a bandeiras de cartão	5.503	7.817
Diversos	25.941	12.000
Total	790.559	3.787.023

(i) A partir de 1º de janeiro de 2025, os contratos de câmbio passaram a ser tratados contabilmente como instrumentos financeiros derivativos, sendo mensurados ao valor justo, com os efeitos das variações reconhecidos diretamente no resultado do período.

17 Provisões

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões para contingências (i)	41.339	36.664
Provisão para compromissos de crédito	2.939	
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.316	1.501
Total	45.594	38.165

(i) “Provisões para contingências” e “Devedores por depósitos em garantia” são demonstrados conforme abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais	24.938	16.080
Contingências cíveis	11.450	4.240
Contingências tributárias	11.474	9.770
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.410	934
Diversos	604	1.136
Provisões para contingências	41.339	36.664
Contingências cíveis	29.331	24.448
Contingências trabalhistas e previdenciárias	10.172	5.274
Diversos	1.836	6.942

O BS2 é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das instituições com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O BS2 tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas ajustando a provisão conforme aplicável.

Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente, sendo que em 31 de dezembro de 2025 totalizavam R\$ 4.354 (R\$ 1.858 em 31/12/2024).

As contingências cíveis são em geral decorrentes de indenizações por danos materiais ou morais, sendo em sua maior parte contencioso massificado dos processos ativos avaliados como perda provável. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro o valor do risco calculado individualmente, de acordo com a liquidação do pedido realizado pelo autor(a) da ação ou da condenação dada em decisão de mérito, aplicando-se, ainda, redução de 20% sobre o valor apurado levando em consideração o histórico de redução dessas perdas decorrentes de acordos realizados nos processos. O valor de liquidação é verificado temporalmente. As contingências cíveis avaliadas como risco possível, para as quais não são reconhecidas contabilmente, em 31 de dezembro de 2025 totalizavam R\$ 47.910 (R\$ 12.677 em 31/12/2024).

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento de capital para R\$ 896.983. O referido aumento, no montante de R\$ 130.803, representado pela emissão de 19.878.798 novas ações ordinárias, foi integralizado mediante a incorporação de reservas de lucros no montante de R\$121.000 e a utilização de valores de Juros sobre Capital Próprio a receber, no montante de R\$ 9.803, por determinados acionistas que optaram por capitalizar tais valores. O aumento de capital encontra-se submetido à aprovação do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado no montante de R\$ 896.983 (R\$ 766.180 em 31/12/2024) está representado como segue:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total em circulação
Em 31 de dezembro de 2024	100.075.772	34.948.198	135.023.970
Em 31 de dezembro de 2025	119.954.570	34.948.198	154.902.768

(b) Reservas de lucros

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Em dezembro de 2024, foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 50.000 referente ao exercício de 2024, deliberado em ata da reunião do conselho de administração realizada em 11/12/2024.

Em Ata de reunião do conselho de administração realizada em 08 de julho de 2025, foi aprovado o provisionamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 29.500 que poderá ser imputado aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025.

Em Ata de reunião do conselho de administração realizada em 30 de setembro de 2025, foi aprovado o provisionamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 25.000 que poderá ser imputado aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025.

Em Ata de reunião do conselho de administração realizada em 30 de outubro de 2025, foi aprovado o provisionamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 5.000 que poderá ser imputado aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025.

Em Ata de reunião do conselho de administração realizada em 30 de dezembro de 2025, foi aprovado o provisionamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 13.000 que poderá ser imputado aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025.

(d) Opções de compra de ações

Em 2022, em concordância com o Plano de Incentivo de Longo Prazo definido pelo Banco BS2 S.A., foram outorgados os Programas de Opções de Compra de Ações da companhia. Este programa é baseado no valor de opções de compra de ações e liquidado em instrumentos de patrimônio (ações).

Eram elegíveis ao Programa os empregados e/ou administradores da Companhia e/ou das demais sociedades do grupo econômico da Companhia (i.e., pessoas físicas que possuam vínculo de emprego e/ou ocupem cargos da administração da Companhia e/ou de qualquer sociedade do mesmo grupo econômico, estatutários ou não), a critério do Conselho de Administração ("Elegíveis").

O Programa concedido é composto por 3 lotes que passam a ser exercíveis a partir de 4 anos da data de concessão. O exercício do direito de aquisição/subscrição das ações é condicionado à manutenção do vínculo estatutário, de emprego ou de prestações de serviços do beneficiário com o Banco, suas sociedades controladas, coligadas ou interligadas e, além disso, o exercício das opções está condicionado a ocorrência de um evento de liquidez, sendo ele uma alienação ou uma oferta pública inicial (IPO). O prazo máximo do programa (data de vencimento) é de aproximadamente 5 anos a partir da data de outorga.

O preço de exercício do programa varia para cada um dos lotes, foi definido pela empresa com base na melhor expectativa do valuation da empresa próximo a data de carência. Os preços de exercício são: 1º Lote (33,33%) – R\$11,88 / 2º Lote (33,33%) – R\$17,82 / 3º Lote (33,33%) – R\$29,71 para as outorgas anteriores a 2025. Já para as outorgas realizadas a partir de 2025 são: 1º Lote (33,33%) – R\$10,91 / 2º Lote (33,33%) – R\$15,85 / 3º Lote (33,33%) – R\$25,75.

Os períodos de carência dos lotes seguem a dinâmica:

- 25% tornam-se “opções vestidas” dois anos após a outorga;
- outros 25% tornam-se “opções vestidas” três anos após a outorga; e
- 50% tornam-se “opções vestidas” quatro anos após a outorga.

O valor justo do programa de opções de compra de ações foi calculado utilizando o método Binomial. Dessa maneira, o valor justo médio das outorgas anteriores a 2025 foi de R\$0,06 por opção. Foram utilizadas as seguintes premissas para realizar o cálculo:

Preço médio ponderado das Ações	R\$ 3,66
Preço de Exercício médio ponderado	R\$ 19,80
Volatilidade Esperada do preço da Ação/quota	22,91%
Dividendos Esperados	0,00%
Taxa de Juros Livre de Risco	12,59%
Proporção de Exercício Antecipado	1,5
Média da Taxa de Saída após a Carência	21,00%

Em 2025, foi realizado uma nova outorga onde, o valor justo do programa de opções de compra de ações foi calculado utilizando o método Binomial. Dessa maneira, para a nova outorga, o valor justo médio das outorgas foi de R\$0,06 por opção. Foram utilizadas as seguintes premissas para realizar o cálculo:

Preço médio ponderado das Ações	R\$ 4,63
Preço de Exercício médio ponderado	R\$ 17,50
Volatilidade Esperada do preço da Ação/quota	25,93%
Dividendos Esperados	0,00%
Taxa de Juros Livre de Risco	13,55%
Proporção de Exercício Antecipado	1,5
Média da Taxa de Saída após a Carência	21,00%

Para a determinação da volatilidade da BS2, utilizou-se como proxy a média da volatilidade histórica de 3 conglomerados financeiros listados na B3, que possuem modelos de negócio que se aproximam da empresa. Além disso, foi excluído do cálculo o período de jun/19 a jun/20 por ter sido um ano atípico devido à pandemia.

Para fazer a estimativa da taxa de juros livre de risco, utilizamos os contratos futuros de DI1 (Depósitos Interfinanceiros de um Dia), bem aceitos como proxy de títulos públicos baseados na Selic. O DI Futuro está disponível em reais e pode ser acessado na ferramenta Market Data da B3. As demais premissas, foram definidas pela melhor estimativa da empresa.

Segue abaixo as quantidades referentes ao fechamento de 31/12/2025:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidades	Preço de Exercício Ponderado (Valores em Reais)	Quantidades	Preço de Exercício Ponderado (Valores em Reais)
(i) Em circulação no início do período	15.590.000	R\$ 19,56	16.200.000	R\$ 19,80
(ii) Concedidas durante o período		R\$ 0,00	3.150.000	R\$ 19,80
(iii) Prescritas durante o período	1.335.000	R\$ 19,43	3.190.000	R\$ 19,80
(iv) Exercidas durante o período		R\$ 0,00	-	R\$ 0,00
(v) Expiradas durante o período		R\$ 0,00	-	R\$ 0,00
(vi) Em circulação no final do período	14.235.000	R\$ 19,58	16.160.000	R\$ 19,80
(vii) Exercíveis no final do período ¹	6.448.755	R\$ 19,68	-	R\$ 0,00

(1) O exercício poderá ocorrer apenas após a ocorrência de um "Evento de Liquidez".

Desde as outorgas até o momento não foi realizado o exercício devido ao fato de o “Evento de Liquidez” não ter ocorrido até o momento.

Durante o período, foram reconhecidos os seguintes impactos decorrentes das outorgas dos incentivos de Longo Prazo:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Acumulado	Despesa	Acumulado	Despesa
Débito - Resultado (Despesa com Plano de ILP)	598	6	443	15
Crédito – Patrimônio Líquido (Conta Reserva de Capital)	598	6	443	15

(e) Outros resultados abrangentes

Os saldos da rubrica “Outros resultados abrangentes” incluem, líquidos dos efeitos tributários, os ajustes temporários de ativos e passivos reconhecidos no patrimônio líquido, conforme demonstrado nas mutações do patrimônio líquido e no resultado abrangente, até sua realização ou extinção, quando então são reconhecidos no resultado. Os valores provenientes de subsidiárias e coligadas são apresentados nas rubricas correspondentes, conforme sua natureza.

Na demonstração do resultado abrangente, os “Outros resultados abrangentes” são apresentados em valores brutos, incluindo as participações não controladoras, com o respectivo efeito fiscal evidenciado separadamente. Para entidades avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, os valores são apresentados líquidos dos efeitos fiscais.

(f) Participações de acionistas não controladores

As Participações de acionistas não controladores referem-se ao valor líquido da equivalência patrimonial atribuível a instrumentos de patrimônio que não pertencem, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

	Patrimônio líquido		Resultado líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Opera FIDC Multisetorial	52.276		12.038	
IPG Holding Financeira S.A.	27.258	27.821	(168)	1.245
BS2 ARB FIDC Não-padronizados		44.964		34.460
BS Tecnologia Ltda.	182	150	22	22
BS2 Payments Instituição de Pagamento S.A.	8	5	(1)	2.773
Demais	4	27	1	2
Total	79.728	72.967	11.892	38.502

19 Receitas de juros e rendimentos similares e despesas de juros e encargos similares

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Receitas de juros e rendimentos similares	932.939	916.868
Antecipação de transações de pagamento (nota 8(c))	215.062	449.335
Carteira de crédito	624.359	378.858
Capital de giro	252.017	195.644
Precatórios	25.485	76.168
Financiamento à exportação, importação e ACC	28.592	29.194
Títulos com características de crédito	94.971	42.511
Conta garantida	20.161	10.658
Desconto de títulos	119.135	3.942
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	3.270	3.567
Risco sacado	13.969	9.759
Demais receitas da carteira de crédito	66.759	7.415
Aplicações em depósitos interfinanceiros	91.068	85.561
Diversos	2.450	3.114
Despesas de juros e encargos similares	(727.487)	(689.680)
Depósitos a prazo	(556.383)	(348.797)
Antecipação de transações de pagamento (nota 8(d))	(36.542)	(216.639)
Recursos de mercados interbancários	(52.674)	(37.177)
Captações no mercado aberto	(46.774)	(33.946)
Letras financeiras subordinadas	(19.695)	(25.843)
Depósitos interfinanceiros	(4.880)	(14.573)
Serviços associados a transações de pagamento	(4.094)	(6.048)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(6.319)	(5.353)
Operações por empréstimos e repasses	(126)	(1.304)
Total	205.452	227.188

20 Resultado de ativos e passivos financeiros

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Títulos e valores mobiliários	221.212	222.353
Resultado com venda ou de transferência de ativos financeiros	12.354	2.763
Derivativos	25.536	12.375
Total	259.102	237.491

21 Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Rendas por serviços de pagamento (i)	148.786	112.888
Rendas de tarifas de conta corrente	4.465	49.845
Outras rendas de tarifas bancárias	3.246	9.019
Diversos	25.729	10.084
Total	182.226	181.836

(i) "Rendas por serviços de pagamento" refere-se a rendas provenientes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito.

22 Despesas gerais e administrativas

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Despesas de pessoal	(263.625)	(279.094)
Proventos	(133.178)	(143.159)
Encargos sociais	(44.001)	(48.511)
Benefícios	(27.331)	(31.358)
Honorários	(29.146)	(31.109)
Participação nos resultados	(28.208)	(22.086)
Demais despesas de pessoal	(1.761)	(2.871)
Despesas administrativas	(352.627)	(305.700)
Prestação de serviços	(171.109)	(132.783)
Processamento de dados	(128.701)	(124.234)
Comunicação	(12.955)	(9.743)
Instalações e materiais	(8.212)	(8.044)
Propaganda e publicidade	(3.986)	(9.418)
Transportes e viagens	(5.388)	(5.872)
Demais despesas administrativas	(22.276)	(15.606)
Depreciação e amortização	(89.096)	(55.685)
Total	(705.348)	(640.479)

23 Demais receitas e despesas operacionais

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Variação monetária sobre tributos	16.061	25.144
Incentivo bandeiras	2.973	2.973
Resultado na alienação de participações societárias		1.685
Recuperação (Despesas) de provisões operacionais	(1.769)	(2.957)
Perdas com processos cíveis e trabalhistas	(17.694)	(13.269)
Diversos (*)	21.011	83.216
Total	20.582	96.792

(*) Em 2024, o valor de R\$ 50.412 refere-se a reavaliação do valor justo de determinado ativo que compõe a carteira do BS2 ARB FIDC e R\$ 11.836 refere-se a créditos de Pis e Cofins realizados sobre insumos na aquisição de bens ou serviços de períodos anteriores.

24 Tributos**(a) Impostos diferidos**

O Banco BS2 e cada uma de suas controladas apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido de acordo com a legislação vigente.

O BS2 adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. Esses créditos estão relacionados, principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para perda esperada de créditos e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais.

Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções aprovadas pela administração e elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

A seguir demonstramos a composição dos ativos fiscais diferidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Diferenças temporárias	114.913	91.556
Prejuízo fiscal e base negativa	109.971	94.631
Total	224.884	186.187

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

	Valor contábil
2026	70.065
2027	64.642
2028	48.025
2029	31.046
2030	11.106
Total	224.884

(b) Despesas com imposto de renda e contribuição social

	01/01 a 31/12/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	42.093	42.093
Adições (exclusões) líquidas:		
Resultado de participações em coligadas	(129)	(129)
Participações no resultado	(24.487)	(24.487)
Juros sobre o capital próprio	(72.500)	(72.500)
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)	(8.131)	(8.131)
Outras, líquidas	(3.272)	(10.310)
Base de cálculo	(66.426)	(73.464)
Alíquota efetiva	5.605	8.432
Alíquota adicional	6.312	
Incentivo fiscal	332	
Tributação pelo lucro presumido	(405)	(154)
Efeitos tributários dos ajustes de IFRS (nota 2.4(m))	4.054	3.243
Imposto de renda e contribuição social	15.898	11.521

	01/01 a 31/12/2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	131.419	131.419
Adições (exclusões) líquidas:		
Resultado de participações em coligadas	2.002	2.002
Participações no resultado	(26.939)	(26.939)
Juros sobre o capital próprio	(50.000)	(50.000)
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)	(19.089)	19.089
Outras, líquidas	(16.546)	(23.397)
Base de cálculo	20.847	52.174
Alíquota efetiva	(4.424)	(1.733)
Alíquota adicional	(1.820)	
Incentivo fiscal	30	
Tributação pelo lucro presumido	(211)	(85)
Efeitos tributários dos ajustes de IFRS (nota 2.4(m))	425	340
Imposto de renda e contribuição social	(6.000)	(1.478)

(c) Despesas tributárias

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
COFINS	(68.150)	(74.738)
PIS	(12.998)	(14.670)
ISSQN	(8.077)	(8.337)
Demais despesas tributárias	(12.904)	(10.138)
Total	(102.129)	(107.883)

25 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do BS2, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Entretanto, não existem ações ordinárias potenciais no BS2, para fins de diluição e, portanto, o lucro básico e diluído por ação é igual.

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores	57.620	85.439
Quantidade média ponderada		
Ações ordinárias emitidas	100.075.772	83.120.551
Ações preferenciais emitidas	34.948.198	34.948.198
Lucro básico e diluído		
Ações ordinárias (em reais)	0,43	0,72
Ações preferenciais (em reais)	0,43	0,72
Lucro líquido atribuído - básico e diluído		
Ações ordinárias	43.033	59.847
Ações preferenciais	15.028	25.163

26 Informações por segmentos

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes o BS2 identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Financeiro
- Não Financeiro

O segmento financeiro, responsável pela parcela mais significativa do resultado, compreende as operações de crédito, câmbio, meios de pagamento e serviços bancários para pessoas físicas e empresas. As operações possuem interação entre si, de forma que a análise do segmento é utilizada pelo BS2 para avaliar a alocação dos recursos e investimentos conforme o planejamento estratégico.

O segmento não financeiro inclui as atividades de suporte tecnológico, seguros e holdings, sendo agregadas por não serem representativas individualmente.

A tabela a seguir apresenta informação sobre os resultados gerenciais relacionados aos segmentos do BS2:

	01/01 a 31/12/2025		Eliminações e ajustes IFRS	Total
	Financeiro	Não financeiro		
Produto bancário	790.001	85.464	(22.032)	853.433
Receitas de juros e rendimentos similares	1.000.147		(67.208)	932.939
Despesas de juros e encargos similares	(930.342)		202.855	(727.487)
Resultado de ativos e passivos financeiros	315.803	14.655	(71.356)	259.102
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior	206.771		(118)	206.653
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	197.622	70.809	(86.205)	182.226
Perdas esperadas de ativos financeiros	(6.773)		(17.543)	(24.316)
Perdas esperadas com operações de crédito	(38.299)		(17.543)	(55.842)
Perdas esperadas com demais ativos financeiros	(1.207)			(1.207)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	32.733			32.733
Produto bancário líquido de perdas esperadas de ativos financeiros	783.228	85.464	(39.575)	829.117
Outras receitas e despesas operacionais	(821.747)	(109.385)	144.108	(787.024)
Despesas gerais e administrativas	(723.846)	(108.281)	126.779	(705.348)
Despesas tributárias	(91.862)	(10.267)		(102.129)
Resultado de participações em coligadas	(8.608)	(334)	8.813	(129)
Demais receitas e despesas operacionais	2.569	9.497	8.516	20.582
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	(38.519)	(23.921)	104.533	42.093
Imposto de renda e contribuição social	25.242	(5.120)	7.297	27.419
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.809	(5.649)		7.160
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.433	529	7.297	20.259
Resultado líquido do período	(13.277)	(29.041)	111.830	69.512

	01/01 a 31/12/2024		Eliminações e ajustes IFRS	Total
	Financeiro	Não financeiro		
Produto bancário	828.889	79.482	(105.787)	802.584
Receitas de juros e rendimentos similares	1.044.620		(127.752)	916.868
Despesas de juros e encargos similares	(808.917)		119.237	(689.680)
Resultado de ativos e passivos financeiros	247.038	11.137	(20.684)	237.491
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior	155.847		222	156.069
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	190.301	68.345	(76.810)	181.836
Perdas esperadas de ativos financeiros	(19.254)		(2.343)	(21.597)
Perdas esperadas com operações de crédito	(29.900)		(2.343)	(32.243)
Perdas esperadas com demais ativos financeiros	(3.694)			(3.694)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	14.340			14.340
Produto bancário líquido de perdas esperadas de ativos financeiros	809.635	79.482	(108.130)	780.987
Outras receitas e despesas operacionais	(625.578)	(55.243)	31.253	(649.568)
Despesas gerais e administrativas	(658.147)	(70.768)	88.436	(640.479)
Despesas tributárias	(100.134)	(7.749)		(107.883)
Resultado de participações em coligadas	55.460	2.608	(56.066)	2.002
Demais receitas e despesas operacionais	77.243	20.666	(1.117)	96.792
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	184.057	24.239	(76.877)	131.419
Imposto de renda e contribuição social	(3.227)	(5.016)	765	(7.478)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.072)	(4.659)		(6.731)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.155)	(357)	765	(747)
Resultado líquido do período	180.830	19.223	(76.112)	123.941

27 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do BS2 incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do BS2 e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. Os principais saldos e operações são demonstrados abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Carteira de crédito	45.941	42.467
Bonsucesso Holding Financeira S.A.	33.260	
Pessoal chave da Administração		156
Outras partes relacionadas	12.681	42.311
Outros ativos financeiros	58	
Bonsucesso Holding Financeira S.A.	58	
Passivo		
Depósitos à vista	977	7.132
Bonsucesso Holding Financeira S.A.	163	3.009
Pessoal chave da Administração	104	229
Outras partes relacionadas	710	3.894
Depósitos a prazo	24.857	42.232
Bonsucesso Holding Financeira S.A.	17.697	31.847
Pessoal chave da Administração	4.574	4.488
Outras partes relacionadas	2.586	5.897
Recursos de aceites e emissão de títulos	4.894	2.599
Pessoal chave da Administração	3.438	2.169
Outras partes relacionadas	1.456	430

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Resultado		
Despesas de captação no mercado	(4.003)	(2.743)
Bonsucesso Holding Financeira S.A.	(4.003)	(2.743)

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Honorário	(15.244)	(12.892)
Participação nos lucros e resultados	(13.902)	(18.217)
Encargos sociais	(5.199)	(8.242)
Total	(34.345)	(39.351)

O BS2 possui programa de remuneração de longo prazo que contempla opções de compras de ações para pessoal chave da Administração e alguns empregados, conforme divulgado na nota 18 (d).

28 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de outros resultados abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por títulos privados (com destaque na carteira de debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o BS2 utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de ações, opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo BS2 para apurar seu valor justo:

	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.490.632	75.830	1.566.462
Títulos e valores mobiliários	1.490.632	75.830	1.566.462
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	265.295		265.295
Títulos e valores mobiliários	265.295		265.295
Outros ativos financeiros			
Derivativos utilizados como hedge (ativos)		38.281	38.281
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado			
Derivativos utilizados como hedge (passivos)		47.059	47.059

	31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	595.384	392.185	987.569
Títulos e valores mobiliários	595.384	392.185	987.569
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	869.960	16.334	886.294
Títulos e valores mobiliários	869.960	16.334	886.294
Outros ativos financeiros			
Derivativos utilizados como hedge (ativos)		76.131	76.131
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado			
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	34.341		34.341

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do BS2 são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do BS2 mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Ativo	31/12/2025				
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	371.544	371.544	371.544		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.234	2.328		2.328	
Títulos e Valores Mobiliários	9.150	9.198		9.198	
Transações de pagamento	1.762.692	1.762.692		1.762.692	
Carteira de crédito	3.100.092	3.102.430		3.016.641	85.789
Outros ativos financeiros	213.404	213.404			213.404
Total	5.459.116	5.461.596	371.544	4.790.859	299.193

Ativo	31/12/2024				
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	454.073	454.073	454.073		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	75.680	75.047		75.047	
Títulos e Valores Mobiliários	12.843	12.843		12.843	
Transações de pagamento	2.102.324	2.102.324		2.102.324	
Carteira de crédito	2.649.408	2.786.687		2.450.128	336.559
Outros ativos financeiros	2.975.668	2.975.668			2.975.668
Total	8.269.996	8.406.642	454.073	4.640.342	3.312.227

Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do BS2 mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Passivo	31/12/2025				
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos	5.149.845	5.181.252		5.181.252	
Captações no mercado aberto	376.324	376.324	376.324		
Recursos de mercados interbancários	417.041	421.152		421.152	
Letras financeiras subordinadas	158.689	155.253		155.253	
Obrigações por transações de pagamento	695.401	695.401		695.401	
Outros passivos financeiros	616.863	616.863			616.863
Total	7.414.163	7.446.245	376.324	6.453.058	616.863

Passivo	31/12/2024				
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos	4.971.351	5.024.071		5.024.071	
Captações no mercado aberto	435.174	435.174	435.174		
Recursos de mercados interbancários	315.370	320.231		320.231	
Letras financeiras subordinadas	147.605	145.006		145.006	
Obrigações por transações de pagamento	1.240.383	1.240.383		1.240.383	
Outros passivos financeiros	3.636.302	3.636.302			3.636.302
Total	10.746.185	10.801.167	435.174	6.729.691	3.636.302

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- **Carteira de crédito:** O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas médias de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, a média das taxas utilizadas nos contratos atuais é utilizada como parâmetro para o desconto destes fluxos.

Além das operações de empréstimo, também compõe este grupo: recebíveis de emissores de cartão de crédito, negociação de títulos e valores mobiliários e comissões receber. Os valores contábeis destes ativos e passivos se aproximam significativamente de seus valores justos, dado que consistem em valores a serem recebidos em curto prazo de operações de cartão de crédito, comissões e depósitos exigidos judicialmente.

- **Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições financeiras e de clientes:** O valor justo dos depósitos a prazo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas das curvas públicas de juros futuros em vencimentos similares.
- **Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras subordinadas:** Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das curvas de juros futuros nos prazos e vencimentos similares. Para os valores de depósitos à vista, foi considerado que o valor justo destes passivos é significativamente próximo de seu valor contábil.

- **Transações de pagamento e outros ativos e passivos financeiros:** Composto principalmente por passivos originados de operações de aquisição e negociação de títulos e valores mobiliários. Os valores contábeis destes ativos e passivos se aproximam significativamente de seus valores justos, dado que consistem em valores a serem pagos em curto prazo de operações de cartão de crédito, comissões e depósitos exigidos judicialmente.

29 Índices operacionais

O Banco Central do Brasil determina que as instituições financeiras mantenham um patrimônio de referência (PR), PR nível I e capital principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do patrimônio de referência exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

A apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cujas regras são definidas pelo BACEN, é demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
(=) Patrimônio de referência – nível I	736.986	733.093
(+) Capital principal	736.986	733.093
(+) Capital social e reservas	887.188	766.188
(+) Reservas de capital, reavaliação e de lucros	39.691	165.554
(+) Ajuste Negativo decorrente da constituição de Perdas Esperadas	11.224	
(-) Deduções do capital – ajustes a valor de mercado e demais deduções	4.306	26.391
(-) Ajustes prudenciais	196.811	172.258
(+) Patrimônio de referência – nível II	60.279	82.445
(+) Instrumentos elegíveis para compor nível II (a)	60.279	82.445
Patrimônio de referência total	797.265	815.538
Alocação de capital por risco		
Risco de crédito (RWAcpad)	3.523.504	3.172.529
Risco de serviços de pagamento (RWAsp)	350.625	819.803
Risco de mercado (RWAjur + RWAcam + RWAacs + RWAcom)	308.458	194.702
Risco operacional (RWAopad)	1.383.019	1.201.065
Ativos ponderados por risco (RWA)	5.565.606	5.388.098
Patrimônio de referência mínimo requerido para RWA	445.248	431.048
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA e para RBAN	459.577	459.624
Margem sobre o patrimônio de referência requerido	340.792	384.491
Margem sobre o patrimônio de referência com ACP e RBAN	187.323	221.212
Margem sobre o patrimônio de referência nível I requerido	391.825	409.807
Margem sobre o capital principal requerido	475.309	490.629
Margem de capital principal após pilar 1 com ACP	201.652	249.788
Índice de basileia - PR	14,12%	15,14%
Índice do nível I	13,04%	13,61%
Índice do capital principal	13,04%	13,61%
Índice de imobilização	33,71%	31,74%

30 Gestão de riscos

A gestão de riscos do BS2 tem suas políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central do Brasil. Sua abrangência é no âmbito das empresas ligadas ao Banco.

Foram estabelecidas políticas e procedimentos e implantado um sistema de gestão de riscos capaz de identificar, avaliar, gerir e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando à alta administração e comitês de auditoria e de riscos uma visão consolidada dos riscos incorridos.

As políticas de gestão de riscos do BS2 embasaram a formulação do apetite ao risco, bem como guiam os colaboradores e formalizam os procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos

à alta administração. O BS2 revisa e atualiza regularmente suas políticas e sistemas de gestão de risco de forma a refletir as mudanças dos mercados e dos produtos, assim como garantir as melhores práticas.

(a) Governança e responsabilidade sobre riscos

A estrutura de governança e de responsabilidades sobre o gerenciamento de riscos garante uma gestão efetiva dos riscos do BS2.

Nesse sentido, instituíram-se os seguintes comitês: Comitê de Riscos e Comitê de ALM compostos por representantes da Presidência, Vice-Presidência, CRO e Diretoria Executiva e das áreas responsáveis pelo gerenciamento dos respectivos riscos.

No comitê de riscos, são apresentados o relatório de gerenciamento de risco integrado além do comportamento dos indicadores do RAS (Razão de Apetite por Riscos) em conformidade com a resolução 4.557/17 do CMN.

(b) O apetite ao risco

A definição de apetite por risco deve estar integrada com os processos de planejamento estratégico da instituição, de modo que sempre exista um processo de melhoria contínua.

O apetite ao risco define quanto e quais os tipos de risco que o BS2 está preparado para assumir na execução da sua estratégia, sendo o mesmo aprovado pelo conselho de administração. Ela é fundamental para a abordagem integrada de risco, capital e gestão dos negócios e ainda suporta o BS2 na realização dos seus objetivos de rentabilidade sobre o capital. Além disso, é um elemento-chave no cumprimento das obrigações de requerimentos de capital vigentes.

A diretoria executiva do BS2 atribui métricas quantitativas para cada tipo de risco, sujeitas a limites operacionais, de forma a assegurar que:

- As atividades básicas das áreas de negócio possam ser guiadas e controladas, de modo que continuem alinhadas com a definição do apetite ao risco;
- As premissas fundamentais que sustentam o apetite ao risco possam ser monitoradas e, se necessário, ajustadas através dos ciclos de planejamento de negócios; e
- As decisões de negócios para mitigação dos riscos sejam antecipadas e colocadas em prática tão logo as evidências de risco sejam sinalizadas.

O apetite ao risco é monitorado mensalmente e em bases contínuas pelo comitê de riscos.

(c) Cenários dos testes de estresse

Análises de cenário para testes de estresse são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do BS2 em situações de eventos extremos, mas plausíveis. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à alta administração, comitê de riscos e comitê de ALM a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam.

Exercícios periódicos são realizados para comparar o capital requerido e o comportamento do caixa com o volume demandado, tanto para capital como para o caixa, por cenários de estresse incluindo a deterioração do cenário econômico global de forma mais severa. Técnicas qualitativas e quantitativas são utilizadas para estimar o impacto potencial sobre a posição de capital e caixa sob tais cenários.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras através das ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez e capital definidos no plano de contingência de liquidez e capital. Enquanto a predição de eventos futuros pode não cobrir todas as

eventualidades, nem identificar precisamente os eventos futuros, cenários analisados no passado podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos quando eventos similares acontecerem.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são feitas para as exposições financeiras (carteiras *trading* e *banking*) da instituição. Entretanto, vale destacar que os impactos das exposições financeiras da carteira *banking* não representam prejuízo contábil potencial para o BS2. Isto ocorre pelo fato de que as operações classificadas na carteira *banking* (principalmente as indexadas ao fator de risco pré, cupom cambial e índice de preços) tendem a ser mantidas até o seu vencimento.

Tais análises foram preparadas a partir de cenários elaborados considerando as informações de mercado divulgadas à época. Assim, foram utilizados os cenários que afetariam negativamente as posições da instituição.

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto básico nas curvas de juros pré-fixado, cupom cambial, índices de preços e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações que tem como base as informações divulgadas pelo mercado (B3, Anbima, etc.);

Cenário II: Choques de mais e menos 25% com base nas informações de mercado, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Choques de mais e menos 50% com base nas informações de mercado, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Apresenta-se a seguir os resultados para a carteira completa da instituição:

Carteira total		Exposições		31/12/2025		
Fatores de risco	Risco de variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III		
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(48)	(15.779)	(30.353)		
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(707)	(1.015)	(2.020)		
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(22)	(558)	(1.116)		
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	28	(4.100)	(8.443)		
Ações	Preço das Ações					
Demais	Demais fatores de risco	87	(9.889)	(20.056)		
Total sem correlação		(662)	(31.341)	(61.988)		
Total com correlação		(474)	(28.399)	(55.973)		

Carteira total		Exposições		31/12/2024		
Fatores de risco	Risco de variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III		
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(2)	(326)	(591)		
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(145)	(200)	(394)		
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(5)	(126)	(251)		
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	26	(3.407)	(6.958)		
Ações	Preço das Ações					
Demais	Demais fatores de risco	111	(14.268)	(29.186)		
Total sem correlação		(15)	(18.327)	(37.380)		
Total com correlação		(23)	(15.832)	(32.262)		

A seguir, são apresentadas as análises de sensibilidade realizadas exclusivamente na carteira *trading*, que consiste em todas as operações detidas com intenção de negociação. São operações destinadas a revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragem. É importante frisar que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em

resultados contábeis, pois revelam impactos considerando uma posição estática dos ativos e passivos, o que difere da situação real, onde a instituição, de acordo com dinamismo do mercado, busca formas de mitigar os riscos associados a estas posições.

Carteira <i>trading</i> Fatores de risco	Exposições Risco de variação em:	31/12/2025		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	12	(4.342)	(8.944)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1.058)	(1.542)	(3.070)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	969	(24.215)	(48.431)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços			
Ações	Preço das Ações			
Demais	Demais fatores de risco	(2)	(202)	(396)
Total sem correlação		(79)	(30.301)	(60.841)
Total com correlação		(620)	(10.130)	(20.509)

Carteira <i>trading</i> Fatores de risco	Exposições Risco de variação em:	31/12/2024		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	4	(1.182)	(2.410)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(52)	(67)	(130)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(338)	(8.462)	(16.924)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços			
Ações	Preço das Ações			
Demais	Demais fatores de risco	(4)	(348)	(691)
Total sem correlação		(390)	(10.059)	(20.155)
Total com correlação		(10)	(1.718)	(3.479)

(d) Risco de mercado

Entende-se como risco de mercado, no âmbito do BS2, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do grupo, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (*commodities*).

A política do BS2 para o gerenciamento do risco de mercado leva em consideração seu foco nas operações de meios de pagamento, carteira de crédito empresarial, câmbio e sua atuação conservadora da tesouraria que visa basicamente a obtenção de *fundings* e a aplicação do caixa excedente dentro de limites pré-estabelecidos.

Estrutura organizacional do gerenciamento do risco de mercado

A estrutura é composta por quatro instâncias decisórias, com diferentes atribuições e responsabilidades que são: conselho de administração, comitê de ALM, comitê de riscos e CRO.

A área de riscos do BS2 é a unidade responsável pelo gerenciamento de risco de mercado do BS2 como um todo e de cada uma de suas empresas, assim como pela identificação e acompanhamento do risco de mercado das empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro.

Processo de gerenciamento de risco de mercado

As atividades de apuração, controle e divulgação da exposição ao risco de mercado são supervisionadas por sistemas informatizados com:

- Captura das posições em todos os fatores de risco relevantes, carteiras de negociação e *banking*, diretamente dos sistemas legados que controlam os produtos de ativos e de passivos;

- Busca das informações de valores de mercado diretamente dos sites dos órgãos fornecedores, tais como ANBIMA, BACEN e B3;
- Cálculo do valor em risco e das parcelas de patrimônio de referência exigido para cada fator de risco de mercado;
- Geração automática de arquivos a serem transmitidos a órgãos supervisores; e
- Emissão de relatórios de controle e de acompanhamento gerencial.

Dessa forma, busca-se mitigar o risco operacional, erros, omissões e fraudes. Entretanto, será permitida a alimentação dos sistemas pelos funcionários através de planilhas eletrônicas, interfaces para entrada de dados e outros dispositivos similares, assim como a utilização desses instrumentos para a geração de arquivos ou relatórios, quando essa for a conclusão da análise de custo versus benefício, ou enquanto os sistemas estiverem em fase de especificação, desenvolvimento ou implantação.

De modo a se avaliar a adequação dos sistemas e a integridade das informações de posições detidas pela instituição e de valores de mercado, deverão ser realizados testes de avaliação dos sistemas com a periodicidade mínima anual. Esses testes deverão ser conduzidos pela área de riscos. Complementarmente, a verificação da adequação dos sistemas também deverá constar da programação das atividades da auditoria interna.

(e) Risco operacional, social, ambiental e climático

Entende-se o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Já os riscos social, ambiental e climático são definidos abaixo:

Risco social: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

Risco ambiental: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados.

Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Gerenciamento de risco operacional e social, ambiental e climático

O BS2 adequa suas políticas de gestão dos riscos operacional, social, ambiental e climático, onde estão definidas as responsabilidades, os princípios e diretrizes. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que seus colaboradores em sua totalidade entendam os riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais relativos aos riscos operacional, social, ambiental e climático.

Nesse contexto, foram estabelecidos direcionamentos visando o atendimento às novas exigências regulatórias, como a revisão da estrutura de gestão, implementação de novos processos, atualização de

metodologias, bem como a adoção de controles, sempre observando o princípio da proporcionalidade e relevância das nossas operações.

O BS2 considera a atividade de gestão do risco operacional e dos riscos social, ambiental e climático como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão destes riscos contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital.

Alocação de capital

Alinhado com as melhores práticas de mercado na gestão de risco operacional, o BS2 tem se preparado para atender às orientações do novo acordo de capitais de Basileia, conforme o cronograma estabelecido pelo Banco Central do Brasil. A partir de dezembro de 2009, o BS2 adotou a abordagem padronizada alternativa simplificada para efeito de apuração da parcela de patrimônio de referência exigido para risco operacional (RWAopad).

(f) Risco de crédito

Define-se risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. Compreende, entre outros:

- O risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos;
- O risco país, entendido como a possibilidade de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas à contraparte ou instrumento mitigador localizadas fora do país, incluindo o risco soberano, em que a exposição é assumida perante governo central de jurisdição estrangeira;
- O risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial de valores recebidos fora do país associados a operação sujeita ao risco de crédito;
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por interveniente, provedor do instrumento mitigador ou mandatário de cobrança;
- O risco de concentração, entendido como a possibilidade de perdas associadas a exposição significativas a a) uma mesma contraparte; b) contrapartes com atuação em um mesmo setor econômico, região geográfica ou segmento de produtos ou serviços; c) contrapartes cujas receitas dependam de um mesmo tipo de mercadoria ou atividade; d) instrumentos financeiros cujos fatores de riscos, incluindo moedas e indexados, são significativamente relacionados; e) associadas a um mesmo tipo de produto ou serviço financeiro; e f) cujo risco é mitigado por um mesmo tipo de instrumento.

Estrutura organizacional do gerenciamento do risco de crédito

A Estrutura para gerenciamento de risco de crédito é composta dos níveis hierárquicos conselho de administração, comitê de riscos, CRO, gerência de riscos, comitê de crédito e superintendência de crédito.

Processo de gestão de risco de crédito

O risco de crédito é inerente aos negócios do BS2. Para mitigá-lo ou evitar perdas, além daquelas projetadas, a gerência de riscos financeiros monitora continuamente as posições em risco por meio de modelos e metodologias que permitam sua identificação, controle, monitoramento e mitigação.

Mensalmente são gerados indicadores que acompanham a evolução da qualidade da carteira de crédito, atraso/inadimplência, posicionamento em relação ao mercado, concentração, suficiência de garantias, bem como sua capacidade de recuperação. Adicionalmente são gerados indicadores que compõem o relatório de gerenciamento de risco de crédito, com informações complementares de nível de provisionamento, despesa de provisão. Os indicadores têm o objetivo de:

- Assegurar a gestão do risco de crédito em linha com os objetivos da organização e o desdobramento da estratégia;
- Fornecer de maneira tempestiva informações para a tomada de decisão;
- Acompanhar o comportamento do capital regulatório da organização e da própria carteira de crédito.

Adicionalmente, a carteira de crédito é submetida a testes de estresse que avaliam a capacidade de resiliência da organização em cenários adverso. Além disso também são realizadas avaliação das perdas esperadas semestralmente.

(g) Risco de liquidez

O risco liquidez origina-se quando da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos), ou seja, entre obrigações a pagar e direitos a receber que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação. O acompanhamento e controle do risco liquidez são essenciais para garantir que a solidez da Instituição seja mantida, bem como as políticas e estratégias sejam cumpridas.

Estrutura organizacional do gerenciamento do risco de liquidez

A estrutura para gerenciamento de risco de liquidez é composta dos níveis hierárquicos conselho de administração, comitê de ALM, diretoria de finanças e riscos, tesouraria e a gerência de riscos financeiros e gestão do capital.

Processo de gerenciamento de risco liquidez

A gestão de liquidez no BS2 consiste no acompanhamento de liquidez no curto e longo prazo visando garantir o cumprimento de forma eficiente das suas obrigações esperadas e inesperadas, considerando inclusive vinculação e liberação de garantias, além de assegurar que a instituição mantenha a exposição de liquidez de acordo com as políticas e normas definidas.

O processo de gestão de liquidez permite monitorar, identificar e analisar o caixa mínimo, a alocação do caixa excedente, os descasamentos de caixa, avaliação do estresse de fluxo de caixa, no curto e longo prazo. Este monitoramento é realizado em tempo hábil para oportunas revisões e retificações, definição das novas fontes de captação, projeções do crescimento da carteira, acionamento do plano de contingência de liquidez, sendo todas as decisões norteadas pelo planejamento estratégico da instituição.

Com foco no monitoramento e análise do risco de liquidez são gerados relatórios diários de acompanhamento de reserva (caixa mínimo e alocação de caixa excedente), relatórios mensais de fluxo de caixa e ainda gerados sob demanda, com o prazo mínimo de 3 anos.

Comunicação Interna

A comunicação interna ocorre através de relatórios diários de acompanhamento de liquidez enviados as áreas responsáveis e de relatórios gerenciais mensais enviados ao comitê de caixa e investimentos.

Nos relatórios diários são controlados os fluxos de caixa para curto prazo e a situação atual de liquidez além do acompanhamento do caixa mínimo, comparando a reserva atual com caixa mínimo determinado nas políticas de liquidez.

Nos relatórios de risco de liquidez mensais são tratados os fluxos de caixa e os descasamentos, contingências, avaliados os ativos e passivos separadamente por liquidez e condição de resgate.

No comitê de caixa e investimentos são avaliados o caixa, as principais saídas e entradas e são deliberadas as ações a serem realizadas conforme a situação liquidez do momento avaliado.

O cenário de stress de liquidez é tratado e acompanhado mensalmente no comitê de riscos.

Além dos relatórios gerenciais, o comportamento diário no caixa também está disponível para monitoramento nos painéis gerenciais de risco de liquidez.

(h) Risco de moeda

	31/12/2025			
	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo	389.690	40.462	127.098	557.250
Ativos financeiros	389.618	40.462	127.098	557.178
Ao custo amortizado	389.618	40.462	125.534	555.614
Caixa e equivalentes de caixa	215.992	36.311	125.534	377.837
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.234			2.234
Carteira de crédito	96.629	4.104		100.733
(-) Provisão para perda esperada	(1.276)			(1.276)
Outros ativos financeiros	76.039	47		76.086
Outros ativos	72			72
Ao valor justo por meio do resultado			1.564	1.564
Derivativos			1.564	1.564
Passivo	375.370	78.835	132.751	586.956
Passivos financeiros	372.842	78.835	119.253	570.930
Ao custo amortizado	372.842	78.835	101.603	553.280
Depósitos	130.078	6.480	1.546	138.104
Outros passivos financeiros	242.764	72.355	100.057	415.176
Ao valor justo por meio do resultado			17.650	17.650
Derivativos			17.650	17.650
Outros passivos	2.528		13.498	16.026

	31/12/2024			
	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo	1.062.972	710.620	410.698	2.184.290
Ativos financeiros	1.062.956	710.619	410.698	2.184.273
Ao custo amortizado	1.062.956	710.619	410.698	2.184.273
Caixa e equivalentes de caixa	357.837	163.650	160.115	681.602
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.966			3.966
Carteira de crédito	21.367	796		22.163
(-) Provisão para perda esperada	(436)			(436)
Outros ativos financeiros	680.222	546.173	250.583	1.476.978
Outros ativos	16	1		17
Passivo	915.989	804.188	436.365	2.156.542
Passivos financeiros	907.405	803.983	436.169	2.147.557
Ao custo amortizado	907.405	803.983	436.169	2.147.557
Depósitos	144.507	5.005	560	150.072
Outros passivos financeiros	762.898	798.978	435.609	1.997.485
Outros passivos	8.584	205	196	8.985

31 Outras divulgações

(a) Honorários de auditoria

Em cumprimento aos requisitos éticos do Conselho Federal de Contabilidade, informamos que foram pagos para a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. o montante de R\$ 1.370 a título de honorários de serviços de auditoria das demonstrações financeiras para o exercício de 2025.

(b) Vencimento residual

A seguir a composição por vencimento dos saldos de certos itens do balanço patrimonial:

						31/12/2025
	A vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	704.101					704.101
Ativos financeiros	646.888	2.736.437	1.713.009	2.084.339	148.482	7.329.155
Ao custo amortizado	371.544	2.529.856	1.572.357	912.351	73.008	5.459.116
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	371.544					371.544
Aplicações em depósitos interfinanceiros			2.234			2.234
Títulos e valores mobiliários			9.150			9.150
Transações de pagamento		1.129.450	608.600	24.642		1.762.692
Carteira de crédito		1.187.002	952.373	887.709	73.008	3.100.092
Outros ativos financeiros		213.404				213.404
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				218.787	46.508	265.295
Títulos e valores mobiliários				218.787	46.508	265.295
Outros ativos financeiros						
Ao valor justo por meio do resultado	275.344	206.581	140.652	953.201	28.966	1.604.744
Títulos e valores mobiliários	275.344	175.772	133.273	953.152	28.922	1.566.463
Derivativos		30.809	7.379	49	44	38.281
Outros ativos financeiros						
Total do ativo	1.350.989	2.736.437	1.713.009	2.084.339	148.482	8.033.256
Passivos financeiros	1.177.339	1.635.640	2.424.423	2.013.391	210.429	7.461.222
Ao custo amortizado	1.177.339	1.600.034	2.412.970	2.013.391	210.429	7.414.163
Depósitos	1.177.339	374.967	1.767.497	1.625.097	204.945	5.149.845
Captações no mercado aberto		376.324				376.324
Recursos de mercados interbancários		120.193	100.507	196.341		417.041
Letras financeiras subordinadas			681	152.923	5.085	158.689
Obrigações por transações de pagamento		301.557	369.259	24.585		695.401
Outros passivos financeiros		426.993	175.026	14.445	399	616.863
Ao valor justo por meio do resultado		35.606	11.453			47.059
Derivativos		35.606	11.453			47.059
Total do passivo	1.177.339	1.635.640	2.424.423	2.013.391	210.429	7.461.222
Diferença entre ativos e passivos	173.650	1.100.797	(711.414)	70.948	(61.947)	572.034

	31/12/2024					
	A vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1.058.794					1.058.794
Ativos financeiros	846.264	5.478.538	2.099.338	1.536.010	259.839	10.219.989
Ao custo amortizado	454.079	5.299.039	1.302.453	973.920	240.505	8.269.996
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	454.073					454.073
Aplicações em depósitos interfinanceiros			49.306	26.374		75.680
Títulos e valores mobiliários		1.919	122	9.939	863	12.843
Transações de pagamento		1.689.677	412.595	52		2.102.324
Carteira de crédito		683.034	838.077	898.141	230.156	2.649.408
Outros ativos financeiros	6	2.924.409	2.353	39.414	9.486	2.975.668
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			664.301	205.658	16.334	886.293
Títulos e valores mobiliários			664.301	205.658	16.334	886.293
Ao valor justo por meio do resultado	392.185	179.499	132.584	356.432	3.000	1.063.700
Títulos e valores mobiliários	392.185	179.499	59.453	356.432		987.569
Derivativos			73.131		3.000	76.131
Total do ativo	1.905.058	5.478.538	2.099.338	1.536.010	259.839	11.278.783
Passivos financeiros	828.007	5.101.989	1.960.202	2.618.109	272.219	10.780.526
Ao custo amortizado	828.007	5.067.648	1.960.202	2.618.109	272.219	10.746.185
Depósitos	828.007	229.432	1.252.141	2.516.196	145.575	4.971.351
Captações no mercado aberto		435.174				435.174
Recursos de mercados interbancários		78.948	176.189	60.233		315.370
Letras financeiras subordinadas		852		27.413	119.340	147.605
Obrigações por transações de pagamento		827.789	412.594			1.240.383
Outros passivos financeiros		3.495.453	119.278	14.267	7.304	3.636.302
Ao valor justo por meio do resultado		34.341				34.341
Derivativos		34.341				34.341
Total do passivo	828.007	5.101.989	1.960.202	2.618.109	272.219	10.780.526
Diferença entre ativos e passivos	1.077.051	376.549	139.136	(1.082.099)	(12.380)	498.257

* * *

Composição dos órgãos da administração

Diretoria

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Diretor Presidente

Renata Braga Pentagna Guimarães
Diretora de Governança e Gestão

Rodrigo Braga Pentagna Guimarães
Diretor Comercial

Juliana Braga Pentagna Guimarães
Diretora de Corporate Development

Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior
Diretor de Câmbio

Davi Ponciano Araújo Lima
Diretor de Finanças e Riscos

Ziro Murata Júnior
Diretor Executivo

Rodrigo Elias Moreira
Diretor Executivo

Danilo Ricardo Bono Zimmermann
Diretor Executivo

Comitê de auditoria

Gabriel Pentagna Guimarães
Presidente do Comitê

Carlos Augusto da Silva
Membro Especialista

Conselho de administração

Paulo Henrique Pentagna Guimarães
Presidente

Gabriel Pentagna Guimarães
Vice-Presidente

João Claudio Pentagna Guimarães
Conselheiro

André Pentagna Guimarães Salazar
Conselheiro

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Conselheiro

Comitê de Remuneração

Paulo Henrique Pentagna Guimarães
Coordenador do Comitê

Gabriel Pentagna Guimarães
Membro do Comitê

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Membro do Comitê

Controladoria

José Luiz de Souza Leite
Contador - CRC-MG 48.029/O-0